PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUCAS LUIZ DE QUEIROZ

PLANO REAL DE 1994 A 2000 E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS E CAMINHOS PARA A REINDUSTRIALIZAÇÃO

GOIÂNIA

2024

LUCAS LUIZ DE QUEIROZ
20211002100492

PLANO REAL DE 1994 A 2000 E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS E CAMINHOS PARA A REINDUSTRIALIZAÇÃO.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson de Castro Vieira

GOIÂNIA

2024

Quero expressar minha profunda gratidão a Deus pelo dom da vida e por ser a base de tudo que me norteia. Agradeço também à minha esposa, Geovanna Carolina, que sempre me motivou a ser a minha melhor versão. Aos meus pais, Elias Queiroz e Rosângela Isméria, sou imensamente grato pela educação, principios, suporte emocional e financeiro que me proporcionaram em todas as fases da minha jornada.

Gostaria de expressar meu agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. Jeferson de Castro Vieira, pelo tempo dedicado à orientação da minha monografia.

RESUMO

Esta monografia analisa como o Plano Real influenciou o processo de desindustrialização no Brasil, no periodo de 1994 a 2000, explorando suas consequências estruturais na economia nacional. Por meio de uma metodologia baseada em revisão bibliográfica e análise de dados quantitativos de fontes como IBGE, Banco Central do Brasil e Secretaria de Comércio Exterior, o estudo investiga os impactos da valorização cambial, das elevadas taxas de juros e da abertura comercial sobre a competitividade da indústria brasileira. Os resultados apontam que, embora o Plano Real tenha estabilizado a economia, ele aprofundou as fragilidades estruturais da indústria nacional, destacando a necessidade de políticas industriais robustas para promover uma reindustrialização sustentável e competitiva.

Palavras-chave: Plano Real; Desindustrialização; Reindustrialização; Valorização Cambial; Abertura Comercial.

ABSTRACT

This study examines the influence of the Real Plan on the process of deindustrialization in Brazil from 1994 to 2000, focusing on its structural consequences for the national economy. Using a methodology based on a literature review and quantitative data analysis from sources such as IBGE, the Central Bank of Brazil, and the Secretariat of Foreign Trade, the research evaluates the effects of exchange rate appreciation, high interest rates, and trade liberalization on the competitiveness of Brazilian industry. The findings indicate that while the Real Plan succeeded in stabilizing the economy, it exacerbated structural weaknesses in the industrial sector. The study underscores the importance of implementing robust industrial policies to support a sustainable and competitive reindustrialization process.

Keywords: Real Plan; Deindustrialization; Industrial Policy; Economic Stability. Brazil.

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BACEN – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNI – Confederação Nacional da Indústria

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IED – Investimento Estrangeiro Direto

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

WTO – World Trade Organization (Organização Mundial do Comércio)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tarifas de importação por Setor no Brasil (%)..... **21**

Gráfico 2: Taxa de juros em percentual (TBAN anualizada)(1996-2002).....**26**

Gráfico 3: Evolução da taxa de câmbio real (R$ em relação U$)(1994-2000)..... **28**

Gráfico 4: Taxa Selic em percentual (média anual)(1994-2000)..... **34**

Gráfico 5: Endividamento público total (R$ bilhões) (1994 – 2000).....**33**

Gráfico 6: Endividamento externo em percentual do **e**ndividamento público total **(**1994 – 2000).....**38**

Gráfico 7: Investimentos em P&D como participação do PIB (1990–2000).....**43**

Gráfico 8: Participação dos setores de alta tecnologia no PIB industrial (1990–2000)..... **45**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Endividamento externo 1980-1990 (% e em bilhões de US$)..... **14**

Tabela 2: Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) – 12 meses (1980–1993)..... **15**

Tabela 3: Participação da indústria no PIB brasileiro (1990–2000). **19**

Tabela 4: Participação de insumos importados por setor (1990–2000). **23**

Tabela 5: Redução das tarifas de importação no brasil (1990–1994)..... **27**

Tabela 6: Balança comercial de produtos manufaturados do brasil (1990–2000).....**29**

Tabela 7: Participação percentual do valor adicionado da indústria no PIB (1985–2000).....**30**

Tabela 8: Participação das importações de insumo na oferta por setor (%) (1990-1995).....**33**

Tabela 9: Desempenho dos investimentos em setores industriais de alta intensidade de capital (1994–2000).....**36**

Tabela 10: Políticas industriais da Coreia do Sul, Alemanha e Brasil..... **50**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO 1 Contexto Econômico Pré-Plano Real 13

1.1 A Economia Brasileira Pré-Plano Real: Crises e Hiperinflação 13

1.2 Impactos da crise econômica dos anos 1980 na indústria Brasileira: Bases para a desindustrialização 16

1.3 Abertura comercial e competitividade industrial 18

1.4 A redução das barreiras tarifárias e a exposição à concorrência externa ... 20

1.4.1 Concentração da produção em commodities 22

CAPÍTULO 2 O Plano Real e Suas Implicações para a Indústria Brasileira 25

2.1 O Plano Real: Estratégias e impactos na economia brasileira 25

2.2 A conexão entre o Plano Real e a desindustrialização no Brasil 27

2.3 Valorização cambial e consequências para a competitividade 31

2.4 Impacto das taxas de juros elevadas no investimento industrial 34

2.4.1 Efeitos da política econômica sobre o endividamento empresarial 37

2.5 Ausência de políticas Industriais estruturantes 40

2.5.1 Efeitos sobre a indústria de alta tecnologia 44

CAPÍTULO 3 Propostas para a Reindustrialização no Brasil 46

3.1 Contextualização do impacto do Plano Real na desindustrialização brasileira 46

3.2 Propostas para a reindustrialização baseadas em casos internacionais 48

3.2.1 Políticas Industriais Ativas 48

3.2.2 Fomento à inovação pesquisa e desenvolvimento 51

3.2.3 Fortalecimento da cadeia produtiva nacional 52

3.2.4 Integração nas Cadeias Globais de Valor 55

3.3 Nova Indústria Brasil 57

CONCLUSÃO 59

REFERÊNCIAS 61

INTRODUÇÃO

A indústria é historicamente reconhecida como um motor essencial para o desenvolvimento econômico, pois promove a geração de empregos qualificados, a inovação tecnológica e a integração competitiva no mercado global. No entanto, o Brasil enfrentou, a partir da década de 1990, um processo acelerado de desindustrialização, caracterizado pela redução da participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) e pela reprimarização da economia. Este fenômeno teve início com a abertura comercial e foi intensificado pelas políticas econômicas implementadas durante o Plano Real.

O problema central desta monografia é compreender como as políticas implementadas pelo Plano Real, principalmente ao longo do período de 1994 a 2020, destinadas à estabilização e ao crescimento da economia brasileira, contribuíram para o processo de desindustrialização. Políticas como valorização cambial, altas taxas de juros e abertura comercial, inicialmente adotadas para estabilizar a economia, tiveram impactos a longo prazo sobre a estrutura produtiva. A hipótese que norteia este estudo é que, embora o Plano Real tenha alcançado sucesso no controle da inflação e na estabilização econômica, as medidas estruturais tomadas ao longo desse período agravaram a desindustrialização, afetando a competitividade industrial, o emprego e a capacidade de inovação do país.

A relevância deste estudo está em sua contribuição para o debate sobre o papel das políticas econômicas na transformação estrutural da economia brasileira. Ao identificar os fatores que levaram à perda de competitividade da indústria nacional e ao aumento da dependência de commodities, este trabalho busca oferecer subsídios para a formulação de estratégias que possam reverter esse processo e promover uma reindustrialização sustentável.

Para alcançar este objetivo, a metodologia adotada baseia-se em uma revisão bibliográfica abrangente, com destaque para artigos científicos, dados estatísticos de fontes, como IBGE, Banco Central e IPEA.

Este trabalho está estruturado em três capítulos principais. O trabalho aborda inicialmente o cenário econômico do Brasil antes do Plano Real, com ênfase na crise

da dívida externa e na hiperinflação. Em seguida, a monografia analisa o impacto do Plano Real sobre a estrutura produtiva brasileira, destacando a reprimarização da economia e a redução da participação da indústria no PIB. Por fim, o texto apresenta estratégias de reindustrialização, inspiradas em casos de sucesso internacional, como Alemanha, Coreia do Sul e China, adaptadas às particularidades do contexto brasileiro.

Espera-se que este estudo contribua para o entendimento das dinâmicas econômicas que levaram à desindustrialização do Brasil e para o desenvolvimento de soluções que promovam o fortalecimento da indústria nacional. Além disso, busca-se incentivar reflexões sobre a importância de políticas públicas integradas que combinem estabilidade macroeconômica e desenvolvimento produtivo, garantindo um crescimento econômico inclusivo e sustentável.

CAPÍTULO 1 CONTEXTO ECONÔMICO PRÉ-PLANO REAL

1.1 A Economia Brasileira Pré-Plano Real: Crises e Hiperinflação

A economia brasileira nas décadas de 1970 e 1980 foi marcada por sucessivos ciclos de crescimento e retração, influenciados tanto por fatores internos quanto externos. Durante os anos 1970, o Brasil experimentou um período conhecido como o "milagre econômico", impulsionado por investimentos estatais em infraestrutura e pelo crescimento da industrialização. Esse crescimento, entretanto, foi financiado em grande parte por recursos externos, o que levou ao aumento significativo do endividamento público e privado. Segundo Belluzzo e Almeida (2002, p. 23), "o modelo de crescimento baseado em financiamento externo trouxe ganhos de curto prazo, mas gerou fragilidades estruturais que se manifestaram plenamente na década seguinte".

A crise do petróleo em 1979 agravou o quadro econômico global e teve reflexos diretos no Brasil, que dependia de importações para suprir sua matriz energética. Esse cenário levou ao aumento do custo da dívida externa, já que os juros internacionais dispararam, e ao mesmo tempo provocou pressões inflacionárias internas. De acordo com Hermann (2005, p. 32), "o Brasil entrou nos anos 1980 enfrentando o desafio de equilibrar suas contas externas e internas, em um contexto de aumento dos juros globais e restrição de crédito internacional".

O início da década de 1980 foi marcado pela eclosão da crise da dívida externa, quando países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, enfrentaram dificuldades para honrar seus compromissos com credores internacionais. A moratória mexicana de 1982 desencadeou uma onda de instabilidade financeira na América Latina, pressionando os países da região a buscar soluções emergenciais.

No Brasil, a dívida externa, que representava cerca de 30% do PIB no final dos anos 1970, ultrapassou 50% no início dos anos 1980, podendo ser visto na Tabela 1. Essa situação levou à imposição de programas de ajuste estrutural orientados por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que condicionaram o acesso

ao crédito externo à implementação de políticas de austeridade fiscal e reformas econômicas. Essas medidas, porém, impactaram negativamente o crescimento econômico e a capacidade de investimento do setor produtivo interno.

Tabela 1
Endividamento externo (% e em bilhões de US$)
(1980 – 1990)

Ano	PIB (bilhões de US$)	Dívida externa (% do PIB)	Dívida externa (bilhões de US$)
1980	120	30	36
1985	150	50	75
1990	200	45	90

Fonte: IBGE (Contas Nacionais e Estatísticas do Século XX, 2024)
Elaborado pelo próprio autor.

Bresser-Pereira (2012, p. 814) destaca que "o ajuste estrutural imposto pelo FMI resultou em uma estagnação prolongada, na qual a indústria brasileira enfrentou não apenas a queda na demanda interna, mas também a perda de competitividade em mercados externos". O setor industrial, que havia sido o motor do crescimento econômico durante o "milagre", começou a mostrar sinais de enfraquecimento.

A hiperinflação no Brasil, que predominou durante as décadas de 1980 e início dos anos 1990, caracterizou-se por taxas de inflação elevadas e crescente desorganização econômica. O fenômeno resultou de uma combinação de fatores, incluindo descontrole fiscal, indexação generalizada de preços e salários, e a crise da dívida externa. Ao longo desse período, a economia nacional foi marcada por volatilidade e instabilidade, prejudicando o desempenho dos setores produtivos.

A inflação acumulada anual apresentou tendência de aceleração a partir de 1980, quando alcançou 110,24%, atingindo 2.948,80% em 1990 e 2.477,15% em 1993. A Tabela 2 a seguir apresenta a evolução das taxas de inflação ao longo desse período:

Tabela 2
Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), em 12 meses
(1980 – 1993).

Ano	Inflação anual acumulada (%)
1980	110,24
1981	95,20
1982	99,69
1983	142,93
1984	223,85
1985	242,24
1986	66,04
1987	228,36
1988	629,96
1989	1.030,73
1990	2.948,80
1991	433,34
1992	1.157,56
1993	2.477,15

Fonte: Banco Central (Séries temporais, 2024).
Elaborado pelo próprio autor.

Os dados apresentados evidenciam o crescimento da inflação no Brasil entre 1980 e 1993, resultado de desequilíbrios estruturais e econômicos acumulados ao longo do período. Segundo Pastore (1994), "a indexação generalizada da economia brasileira foi um dos principais fatores responsáveis pela perpetuação da inflação elevada, ao transformar aumentos pontuais de preços em uma dinâmica inercial". A indexação de salários e contratos dificultava o controle efetivo dos preços, mesmo com as diversas tentativas de estabilização econômica.

Paralelamente, o aumento do déficit público e a emissão de moeda sem correspondente expansão da capacidade produtiva ampliaram a base monetária, agravando ainda mais o cenário inflacionário. Para Bacha (1992), "a fragilidade fiscal, associada ao descontrole monetário, foi um elemento central para o colapso macroeconômico brasileiro nos anos 1980, refletido em taxas de inflação exponenciais".

Esse contexto de hiperinflação gerou efeitos adversos significativos no setor produtivo, especialmente na indústria. A volatilidade nos preços e o aumento dos custos de insumos dificultaram o planejamento estratégico e operacional das empresas, reduzindo sua competitividade. Segundo Abreu (1989), "a instabilidade de preços inviabilizava o planejamento empresarial de longo prazo, prejudicando a produtividade e o crescimento do setor industrial". Além disso, a perda do poder de compra da população restringiu a demanda por bens, especialmente os de consumo durável, enfraquecendo ainda mais o mercado interno.

A instabilidade também resultou em uma retração dos investimentos produtivos e em maior dependência de insumos e produtos importados. Para Giambiagi e Moreira (1999), "a instabilidade econômica e o alto risco país levaram à retração do investimento privado e à estagnação industrial, aprofundando a vulnerabilidade estrutural da economia brasileira".

Esse cenário de desequilíbrio contribuiu para a estagnação econômica e para a redução da competitividade industrial, criando as condições que impulsionariam o processo de desindustrialização nas décadas seguintes, especialmente com as transformações econômicas introduzidas nos anos 1990. Como observa Lopes (1997), "os impactos da hiperinflação transcenderam a década de 1980, deixando um legado de fragilidade econômica que influenciou a trajetória industrial do Brasil no pós-Real".

1.2 Impactos da crise econômica dos anos 1980 na indústria Brasileira: Bases para a desindustrialização

Segundo Feijó e Carvalho (2005, p. 104), "a ausência de políticas industriais durante a crise econômica dos anos 1980 agravou as dificuldades estruturais da indústria brasileira, que já enfrentava desafios significativos em termos de produtividade e inovação". A falta de uma estratégia industrial que proporcionasse apoio à modernização e à expansão do setor acentuou as dificuldades de adaptação da indústria brasileira às mudanças nos padrões de competitividade global.

Além disso, a crise econômica comprometeu a capacidade de inovação

tecnológica no Brasil. Segundo Hermann (2005, p. 43), "a escalada inflacionária nos anos 1980 tornou os insumos e equipamentos importados inacessíveis para grande parte das empresas, dificultando a modernização do parque industrial". Como consequência, o país enfrentou uma ampliação da defasagem tecnológica em relação a seus principais concorrentes internacionais. Para Belluzzo e Almeida (2002, p. 89), "os entraves econômicos dos anos 1980 consolidaram um quadro de estagnação tecnológica que afetou a competitividade da indústria brasileira frente a nações como os Estados Unidos, Japão e países europeus". Esses fatores contribuíram para um modelo industrial menos competitivo, com menor capacidade de adaptação às exigências do mercado global.

O ambiente econômico adverso também levou à fragmentação da cadeia produtiva nacional. A desarticulação de setores estratégicos, combinada com a maior dependência de insumos importados, reduziu a verticalização da produção industrial. Para Almeida e Belluzzo (2002, p. 67), "a crise inflacionária consolidou um modelo de produção menos integrado, com maior vulnerabilidade às oscilações cambiais e às crises externas". Esse movimento não apenas comprometeu a competitividade da indústria nacional, mas também gerou impactos negativos sobre a geração de empregos qualificados e o desenvolvimento econômico regional.

Os impactos no mercado de trabalho durante a crise econômica foram igualmente significativos. De acordo com Feijó e Carvalho (2005, p. 112), "a desaceleração da produção industrial resultou em uma redução expressiva da demanda por mão de obra qualificada, deslocando trabalhadores para setores menos especializados ou para o desemprego prolongado". Essa dinâmica comprometeu não apenas a renda das famílias, mas também a qualificação da força de trabalho disponível no mercado.

Belluzzo e Almeida (2002, p. 76) apontam que a precarização das condições de trabalho nesse período foi agravada pela ausência de políticas públicas que pudessem mitigar os efeitos da retração industrial. "A redução da oferta de vagas em setores de maior valor agregado teve um impacto direto no desenvolvimento socioeconômico do país, especialmente em regiões mais dependentes da indústria de transformação", destacam os autores. Esses fatores contribuíram para ampliar as desigualdades regionais e dificultaram a recuperação econômica a longo prazo.

Por fim, o período de crise estabeleceu as bases para o processo de

desindustrialização, que se intensificou nas décadas seguintes. A retração da indústria de transformação, combinada com a falta de políticas públicas para o fortalecimento do setor, limitou a capacidade do Brasil de diversificar sua economia e de competir em setores de maior complexidade tecnológica. Esse quadro será aprofundado nas discussões sobre os impactos do Plano Real no setor industrial, explorados em capítulos subsequentes.

1.3 Abertura comercial e competitividade industrial

A abertura comercial no Brasil, intensificada entre os anos de 1990 e 1994, foi um dos pilares das reformas econômicas que antecederam o Plano Real e complementaram sua implementação. Essa abertura envolveu uma redução significativa das tarifas de importação e a eliminação de barreiras não tarifárias, inserindo a indústria nacional em um ambiente de maior concorrência internacional. No entanto, a forma como esse processo foi conduzido trouxe desafios significativos para a indústria brasileira, que, em muitos casos, não estava preparada para competir com os produtos estrangeiros, na Tabela 3 a seguir, veremos a redução da participação da indústria no PIB, que ilustra esse enfraquecimento da indústria.

Tabela 3
Participação da Indústria no PIB Brasileiro (1990-2000

Ano	Participação da indústria no PIB (%)
1990	38,2
1991	37,5
1992	36,8
1993	36,1
1994	35,4
1995	34,7
1996	34,0
1997	33,3
1998	32,6
1999	31,9
2000	31,2

Fonte: IBGE (Contas Nacionais, 2024).
Elaborado pelo próprio autor.

De acordo com Pinheiro, Giambiagi e Moreira (2001), as tarifas médias de importação no Brasil caíram de 51% em 1990 para aproximadamente 35% em 1994. Essa redução tarifária expôs setores industriais que, até então, haviam se beneficiado de uma alta proteção, à concorrência internacional, gerando impactos diferenciados entre os segmentos. Setores como o têxtil, eletrônico e automotivo foram particularmente afetados pela dificuldade em competir com produtos importados mais baratos e tecnologicamente avançados.

Além disso, a abertura comercial ocorreu em um contexto de câmbio valorizado, o que aumentou a atratividade dos produtos estrangeiros no mercado interno e dificultou as exportações brasileiras de produtos manufaturados. Como apontam Belluzzo e Almeida (2002, p. 86), "a combinação de câmbio valorizado e redução tarifária comprometeu a competitividade da indústria nacional, aprofundando as dificuldades estruturais que já existiam no setor".

Para Esposito (2017), o processo de abertura comercial no Brasil não foi acompanhado de políticas industriais que ajudassem a indústria nacional a se adaptar

ao novo cenário competitivo. Ele observa que "a ausência de incentivos estruturados para modernização tecnológica e aumento da produtividade prejudicou setores estratégicos, contribuindo para a desindustrialização precoce". Abertura comercial, quando realizada sem uma estratégia complementar, pode trazer benefícios a curto prazo, como a redução de custos para os consumidores e o aumento da variedade de produtos disponíveis, mas também expõe a vulnerabilidades de longo prazo. Suzigan (2000, p. 45) argumenta que "a redução abrupta das tarifas tarifárias gerou uma substituição de produção nacional por importações, principalmente em setores que dependiam de economias de escala para competir".

Assim também, afirmam Laplane e Sarti (1997, p. 146), "a abertura comercial do Brasil, diferentemente do que ocorreu em economias asiáticas, não foi acompanhada de investimentos estratégicos em setores de alta tecnologia". Segundo esses autores, a liberalização comercial contribuiu para um aumento da dependência de insumos e produtos importados, ao mesmo tempo em que limitou a capacidade do país de exportar bens de maior valor agregado.

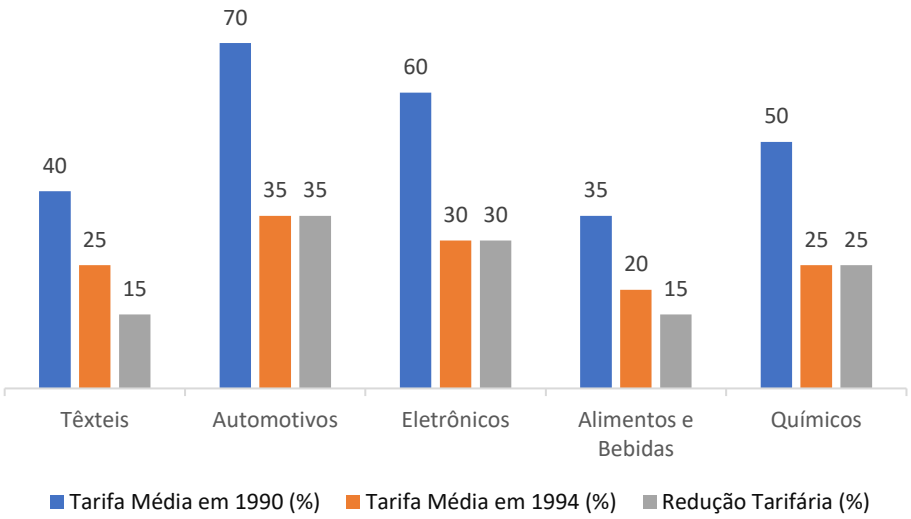
1.4 A redução das barreiras tarifárias e a exposição à concorrência externa

A redução das barreiras tarifárias foi uma das principais estratégias adotadas no Brasil durante o processo de abertura comercial, especialmente no período entre 1990 e 1994. Essa política visava integrar a economia brasileira ao mercado global, aumentar a eficiência produtiva e reduzir os custos dos bens de consumo no mercado interno. No entanto, os impactos dessa liberalização sobre a indústria nacional foram heterogêneos e, em muitos casos, desfavoráveis.

Entre 1990 e 1994, as tarifas médias de importação caíram de 51% para 35%, como destacado por Pinheiro, Giambiagi e Moreira (2001, p. 18). Esse movimento abriu o mercado interno para produtos estrangeiros que, em muitos casos, eram mais competitivos em preço e qualidade do que os produtos brasileiros. A redução das tarifas foi particularmente impactante em setores intensivos em mão de obra, indústrias que tradicionalmente dependiam de proteção tarifária elevada para manter sua competitividade no mercado interno. O Gráfico 1 apresenta a variação nas

alíquotas médias de importação entre 1990 e 1994, ilustrando como setores estratégicos, como o têxtil e o automotivo, enfrentaram quedas significativas nas tarifas de proteção.

Gráfico 1
Tarifas de importação por Setor no Brasil (%).
(1990-1994)



Fonte: Bacen (Séries Temporais, 2024).
Elaborado pelo próprio autor.

De acordo com Laplane e Sarti (1997, p. 148), "a redução das barreiras tarifárias expôs a fragilidade da estrutura produtiva nacional, que era altamente dependente de proteção para sustentar sua competitividade". Essa fragilidade decorreu de uma falta de modernização tecnológica e de um histórico de incentivos que priorizavam a substituição de importações, mas não preparavam a indústria para competir globalmente.

A abertura comercial também resultou em uma substituição progressiva de produtos manufaturados nacionais por importados. Essa tendência foi mais evidente em setores de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e eletrônicos, onde a produção local diminuiu substancialmente. Suzigan (2000, p. 46) observa que "a ausência de políticas de fomento à modernização tecnológica e ao aumento da produtividade agravou os efeitos da liberalização comercial sobre setores estratégicos".

No entanto, os impactos foram mais intensos em indústrias que tradicionalmente dependiam de proteção tarifária elevada para manter sua

competitividade no mercado interno. O Gráfico 1 apresenta a variação nas alíquotas médias de importação entre 1990 e 1994, ilustrando como setores estratégicos, como o têxtil e o automotivo, enfrentaram quedas significativas nas tarifas de proteção:

Além disso, o contexto macroeconômico da época intensificou os efeitos negativos da redução tarifária, Bacha (2015, p. 106) ressalta que "a ausência de uma estratégia de longo prazo para proteger setores estratégicos e fomentar a inovação tecnológica comprometeu a sustentabilidade da indústria brasileira". Ele sugere que a liberalização unilateral foi feita sem considerar as necessidades específicas de cada setor produtivo, o que resultou na fragilização de segmentos-chave da economia. Nassif et al. (2013, p. 64) destacam que o processo de abertura comercial no Brasil contrastou com a experiência de outros países emergentes, como os asiáticos, que combinaram redução tarifária com políticas industriais ativas. Segundo os autores, "enquanto o Brasil optou por uma liberalização unilateral, países como a Coreia do Sul implementaram políticas de incentivo à inovação e proteção a setores estratégicos".

Sobretudo, para Esposito (2017, p. 113) "a redução das tarifas tarifárias no Brasil foi feita de maneira abrupta e sem planejamento estratégico, o que resultou em perdas significativas para setores de maior intensidade tecnológica". Ele também observa que a falta de coordenação entre a política comercial e a política industrial agravou a desarticulação produtiva nacional.

1.4.1 Concentração da produção em commodities

A abertura comercial, não apenas expôs a indústria brasileira à concorrência internacional, mas também desencadeou um processo de fragmentação da cadeia produtiva nacional. A redução de tarifas e a liberalização das importações incentivaram muitas empresas a substituírem insumos e componentes produzidos localmente por produtos importados, frequentemente de menor custo. Essa dependência crescente de insumos estrangeiros trouxe implicações significativas para a estrutura produtiva do país. A Tabela 4 ilustra a evolução da participação de insumos importados na produção nacional em setores estratégicos como eletrônicos e automotivos, no período de 1990 a 2000.

Tabela 4
Participação de insumos importados por setor (1990-2000)

Ano	Eletrônicos (%)	Automotivos (%)
1990	15	10
1991	17	12
1992	20	14
1993	22	16
1994	25	18
1995	28	20
1996	30	22
1997	32	24
1998	35	26
1999	38	28
2000	40	30

Fonte: IBGE (Pesquisa Industrial nual, 2024)
Elaborado pelo proprio autor.
Nota: Os valores acima são estimativas baseadas em tendências históricas e podem não refletir dados exatos.

Essa mudança impactou particularmente setores de alta tecnologia, como o eletrônico e o automotivo, que demandam componentes especializados e de alto valor agregado. Bacha (2015, p. 89), "a desarticulação da cadeia produtiva nacional foi uma das consequências mais graves da abertura comercial, já que setores que antes fabricavam componentes localmente passaram a importar, reduzindo o nível de verticalização da produção".

Além disso, essa dependência limitou o desenvolvimento de tecnologias locais e enfraqueceu a integração produtiva regional, afetando a geração de empregos qualificados e a competitividade da indústria nacional. Laplane e Sarti (1997, p. 152) destacam que "a dependência de insumos importados tornou a indústria brasileira vulnerável às oscilações cambiais, pois a desvalorização do real aumentava significativamente os custos de produção".

A substituição de insumos nacionais por importados também contribuiu para o enfraquecimento da capacidade de inovação da indústria brasileira. Esposito (2017, p. 117) aponta que "a redução da demanda por componentes nacionais desestimulou

investimentos em pesquisa e desenvolvimento, aprofundando a lacuna tecnológica entre o Brasil e os países desenvolvidos". Esse processo de desindustrialização precoce, associado à perda de complexidade produtiva, comprometeu a capacidade do país de competir em cadeias globais de valor.

A fragmentação da cadeia produtiva brasileira, em contraste com o fortalecimento observado em outras economias emergentes, reflete a ausência de políticas industriais integradas que acompanhassem a abertura comercial. Nesse contexto, Suzigan e Furtado (2006) destacam que a fragmentação da cadeia produtiva brasileira ocorreu de maneira acelerada e desordenada, contrastando com experiências de outros países emergentes, como a China e a Índia. Nessas economias, a abertura comercial foi acompanhada de políticas industriais que promoveram o fortalecimento das cadeias produtivas locais, protegendo setores estratégicos.

CAPÍTULO 2 O PLANO REAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA

2.1 O Plano Real: Estratégias e impactos na economia brasileira

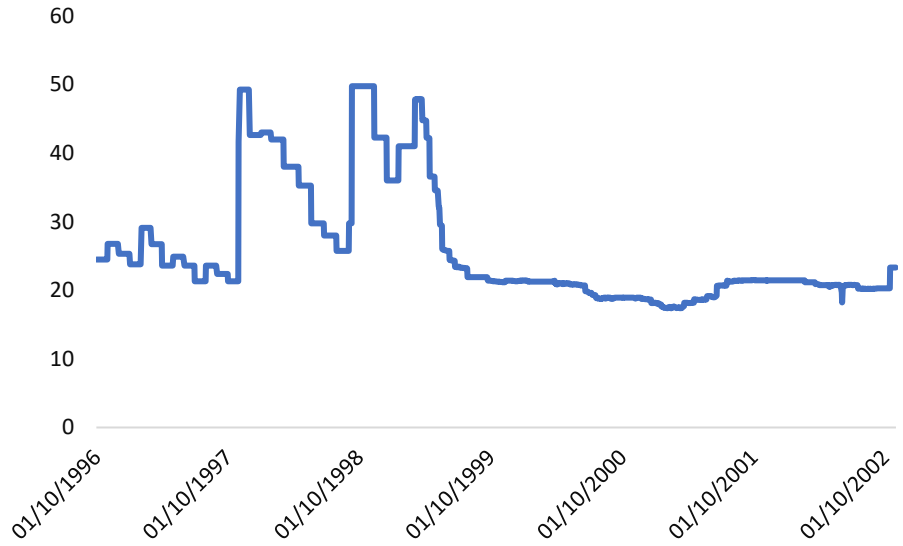
Implementado em 1994, o Plano Real, foi uma iniciativa econômica que marcou um ponto de inflexão na trajetória da economia brasileira, com o objetivo de conter a hiperinflação e promover a estabilidade monetária. Conforme descrito por Bresser-Pereira e Theuer (2012, p. 120), o plano foi estruturado em três fases principais: o ajuste fiscal, a criação da Unidade Real de Valor (URV) e o lançamento da moeda real. Essas etapas foram concebidas para romper com o ciclo inflacionário crônico que caracterizava a economia brasileira nas décadas anteriores e criar um ambiente de previsibilidade econômica.

A fase inicial, de ajuste fiscal, buscou reduzir o déficit público, considerado um dos motores da inflação, por meio do controle de gastos e do aumento da arrecadação tributária. A segunda etapa, com a introdução da URV, implementou uma unidade de referência monetária que desvinculava os preços da moeda corrente, estabelecendo uma base de transição para a nova moeda. Finalmente, o lançamento do real consolidou a reforma monetária e inaugurou um novo regime cambial que buscava manter a estabilidade dos preços e a confiança dos agentes econômicos (Belluzzo e Almeida, 2002, p. 45). Esses elementos foram centrais para restabelecer as bases da economia brasileira e para dar início a um período de relativa estabilidade econômica.

Uma das principais ferramentas do plano foi a utilização de uma âncora cambial para combater a inflação. A valorização do real em relação ao dólar permitiu reduzir os preços de bens importados, promovendo um controle imediato das pressões inflacionárias. Segundo Belluzzo e Almeida (2002, p. 79), "a valorização cambial desempenhou papel central na estabilização de preços, mas teve consequências sobre a competitividade da produção nacional". Essa política tornou os produtos brasileiros mais caros no mercado internacional e reduziu sua capacidade de competir com importados no mercado interno.

Além disso, a política monetária adotada foi marcada por taxas de juros elevadas, podendo ser vista no Gráfico 2, projetadas para atrair capital estrangeiro e conter a demanda agregada. Feijó e Carvalho (2005, p. 112) observam que "as taxas de juros, ao encarecer o crédito, limitaram a capacidade de investimento de setores produtivos, dificultando a modernização tecnológica da indústria nacional". Essa abordagem restringiu o acesso ao financiamento, especialmente para pequenas e médias empresas, dificultando a adaptação da indústria brasileira ao novo cenário econômico.

Gráfico 2
Taxa de juros em percentual (TBAN anualizada)
(1996-2002)



Fonte: Banco Central (Séries históricas, 2024).
Elaborado pelo próprio autor.

O período também foi caracterizado pela intensificação da abertura comercial, com a redução substancial das tarifas de importação. Entre 1990 e 1994, as alíquotas médias de importação caíram de aproximadamente 51% para 35%, expondo a indústria nacional a uma concorrência internacional para a qual não estava devidamente preparada, ilustrado na Tabela 5.

Tabela 5
Redução das tarifas de importação no Brasil (1990-1994)

Ano	Tarifa máxima (%)	Tarifa média (%)
1990	100	51
1991	60	40
1992	50	37
1993	40	35
1994	40	35

Fonte: Revista de Economia Contemporânea (2024).
Elaborado pelo próprio autor.

De acordo com Laplane e Sarti (1997, p. 134), "a combinação de uma moeda valorizada e a redução de barreiras comerciais resultou em um aumento das importações, dificultando a sustentação de cadeias produtivas locais". Embora o Plano Real tenha atingido seu objetivo de estabilizar os preços e reduzir a inflação, seus efeitos estruturais sobre a economia nacional foram amplamente debatidos. A ausência de políticas industriais coordenadas para mitigar os impactos da abertura comercial e da valorização cambial resultou em uma retração da indústria de transformação e na perda de complexidade da estrutura produtiva brasileira.

Essa dinâmica consolidou um modelo econômico mais dependente de setores primários e exportações de commodities, ao mesmo tempo em que reduziu a competitividade de produtos manufaturados de maior valor agregado. O Plano Real, apesar de seus avanços em estabilização econômica, contribuiu para estabelecer as condições que aprofundariam o processo de desindustrialização no país, tema que será explorado nos capítulos subsequentes.

2.2 A conexão entre o Plano Real e a desindustrialização no Brasil

Uma das principais medidas do Plano foi a valorização cambial, utilizada como uma âncora para estabilizar preços e combater a inflação. A valorização do real frente ao dólar tornou os produtos importados mais acessíveis para os consumidores

brasileiros, ampliando a concorrência no mercado interno. Conforme destacado por Belluzzo e Almeida (2002, p. 79), "a valorização cambial desempenhou papel central na estabilização de preços, mas trouxe impactos negativos à competitividade da indústria nacional". A indústria brasileira, que já enfrentava desafios de modernização tecnológica, viu-se ainda mais pressionada por produtos estrangeiros com custos mais baixos e tecnologias mais avançadas.

Além disso, a política monetária restritiva, caracterizada por taxas de juros elevadas, foi outra estratégia central do Plano Real para controlar a demanda agregada. Essa política teve como efeito o encarecimento do crédito, dificultando o acesso a financiamento para investimentos em modernização e inovação por parte de empresas nacionais. Assim, a implementação do Plano Real trouxe consigo uma política de juros elevados, que teve efeitos adversos sobre o setor industrial brasileiro, limitando a capacidade de modernização e expansão das empresas:

> (...) as altas taxas de juros impostas no contexto do Plano Real inibiram o desenvolvimento industrial, impactando negativamente a capacidade de modernização do parque industrial brasileiro (Feijó; Carvalho. 2005, p. 112).

Esse cenário foi particularmente desafiador para pequenas e médias empresas, que desempenham um papel essencial na cadeia produtiva, mas enfrentaram maiores dificuldades para acessar crédito a custos viáveis, o que, por sua vez, aumentou a vulnerabilidade e comprometeu a competitividade do setor como um todo.

A abertura comercial intensificada no período, já em curso desde o início dos anos 1990, foi outro elemento que contribuiu para o enfraquecimento da indústria nacional. A redução das tarifas de importação, combinada com a valorização cambial, resultou em um aumento significativo das importações de bens manufaturados, conforme a Tabela 6.

Tabela 6
Balança comercial de manufaturados no Brasil
(1990-2000)

Ano	Exportações (US$ milhões)	Importações (US$ milhões)	Saldo (US$ milhões)
1990	20.000	15.000	5.000
1991	21.500	16.500	5.000
1992	22.000	18.000	4.000
1993	23.500	20.500	3.000
1994	25.000	23.000	2.000
1995	26.500	28.000	-1.500
1996	28.000	30.500	-2.500
1997	29.500	33.000	-3.500
1998	31.000	35.500	-4.500
1999	32.500	38.000	-5.500
2000	34.000	40.500	-6.500

Fonte: Comex Stat, (MDIC, 2024).
Elaborado pelo próprio autor.

O contexto econômico brasileiro pós-implementação do Plano Real trouxe desafios significativos para a indústria nacional. A valorização cambial, associada à abertura comercial, alterou profundamente a dinâmica competitiva, afetando a capacidade do setor industrial de se adaptar às novas condições do mercado global, e também:

> (...)a conjugação de uma política cambial valorizada com a abertura comercial expôs a indústria nacional a uma concorrência para a qual ela não estava devidamente preparada (Laplane; Sarti. 1997, p. 134).

Esse cenário contribuiu para o desmantelamento de cadeias produtivas nacionais, aumentando a dependência de insumos e produtos importados. O conjunto dessas políticas resultou na perda de participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) e na redução da complexidade produtiva. A participação da indústria no PIB passou de 27% em 1985 para menos de 16% em 2000, conforme a Tabela 7, evidenciando um processo de desindustrialização acelerado no período.

Tabela 7
Participação percentual do valor adicionado da Indústria de transformação no PIB (1985 a 2000)

Ano	Valores constantes de 2010 (%)	Valores correntes (%)
1985	27,0	35,0
1986	26,8	34,5
1987	26,5	34,0
1988	26,2	33,8
1989	25,8	33,5
1990	24,5	32,0
1991	23,5	31,0
1992	22,8	30,5
1993	22,0	29,8
1994	20,5	27,5
1995	19,8	26,0
1996	18,8	25,0
1997	17,5	23,8
1998	16,8	22,5
1999	16,2	21,8
2000	15,8	21,0

Fonte: IBGE (2024) e IPEA Data (2024).
Elaborado pelo próprio autor.

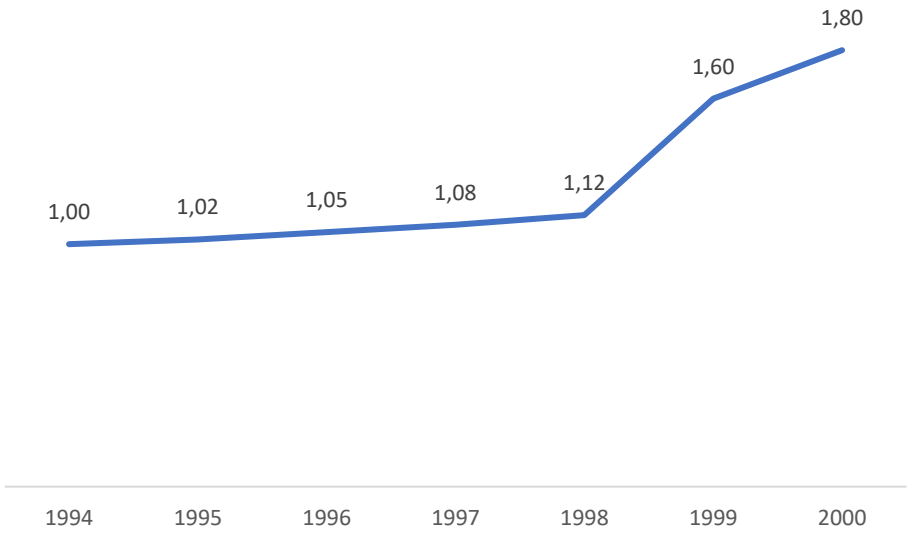
Sobre tudo, setores estratégicos, como o automotivo e o de bens de capital, registraram retrações significativas, comprometendo a geração de empregos qualificados e a capacidade de inovação tecnológica do país. A falta de uma estratégia coordenada de políticas industriais e de fomento à inovação tecnológica reforçou a vulnerabilidade do setor produtivo, consolidando uma dependência de exportações de commodities e enfraquecendo o poder do país de competir em mercados globais.

2.3 Valorização cambial e consequências para a competitividade

A valorização cambial foi um dos principais instrumentos do Plano Real para conter a inflação no Brasil. Esse mecanismo baseava-se em um regime de câmbio controlado, no qual a taxa de câmbio era deliberadamente mantida em patamares elevados para baratear as importações e aumentar a oferta de bens e serviços no mercado doméstico, diminuindo, assim, a pressão inflacionária, conforme pode ser visto no Gráfico 3. A política cambial implementada durante o Plano Real, ao buscar a estabilização econômica e o controle da inflação, teve impactos profundos sobre a competitividade da indústria brasileira. Com a valorização do real frente ao dólar, a capacidade de exportação de produtos nacionais foi comprometida, enquanto a importação de bens estrangeiros foi facilitada:

> (...)A valorização cambial minou as bases da indústria brasileira, reduzindo drasticamente sua competitividade no mercado externo e favorecendo as importações (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012, p. 45).

Gráfico 3
Evolução da taxa de câmbio real (R$ em relação U$)
(1994-2000)



Fonte: Bacen (Séries Temporais, 2024).
Elaborado pelo próprio autor.

No entanto, os efeitos dessa estratégia sobre a indústria nacional foram

amplamente discutidos e criticados por economistas e pesquisadores Neste sentido, segundo Bresser-Pereira e Marconi (2012, p. 815), "a política de câmbio valorizado foi eficaz no combate à inflação no curto prazo, mas teve impactos severos sobre a competitividade da indústria brasileira". A entrada massiva de produtos importados, incentivada pela valorização cambial, reduziu a demanda por bens produzidos internamente. Esse cenário, aliado à abertura comercial acelerada, pressionou a indústria nacional, especialmente os setores manufatureiros, que enfrentaram concorrência de produtos estrangeiros a preços mais baixos.

Entre 1994 e 2000, o Brasil observou uma queda significativa na participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB), passando de 19% para 15,8%, segundo dados do IBGE (2021). Esse fenômeno reflete o impacto estrutural da valorização cambial na economia brasileira, marcando um processo de desindustrialização que se intensificaria nas décadas seguintes. Essa perda de participação industrial resultou não apenas de uma redução na produção, mas também de uma reconfiguração da estrutura produtiva, com a priorização de setores de menor valor agregado, como a exportação de commodities.

Além disso, a política de câmbio valorizado também teve repercussões sobre o mercado externo. A perda de competitividade dos produtos nacionais dificultou as exportações, especialmente de bens manufaturados. De acordo com Laplane e Sarti (1997, p. 143), "o Brasil viu sua balança comercial de produtos industrializados se deteriorar rapidamente, enquanto a dependência de exportações de commodities se ampliava". Essa dinâmica não apenas enfraqueceu a posição brasileira no comércio internacional, como também comprometeu a geração de empregos qualificados no setor industrial.

A combinação de valorização cambial e abertura comercial também desencadeou mudanças estruturais na cadeia produtiva nacional. Muitos setores industriais passaram a depender de insumos importados para manter a competitividade, resultando na fragmentação das cadeias produtivas locais. Essa dependência de importações tornou a indústria brasileira vulnerável a variações cambiais e a crises econômicas internacionais, aumentando os custos de produção em momentos de desvalorização do real, como observado na Tabela 8.

Tabela 8
Participação das importações de insumo na oferta por setor (%)
(1990-1995)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Agropecuária	1,87	2,89	2,88	2,66	2,88	2,84
Extrativa mineral	6,56	6,12	6,05	5,54	6,42	6,85
Exploração de petróleo e gás	48,98	50,2	47,07	42,12	43,93	42,86
Minerais não-metálicos	1,28	1,34	1,66	1,88	1,97	2,87
Siderurgia	1,77	2,33	2,12	1,9	1,93	2,57
Metalurgia (não-ferrosos)	4,73	7,31	7,6	7,17	7,48	9,76
Máquinas e tratores	**12,65**	**16,88**	**14,77**	**14,06**	**17,76**	**21,44**
Material elétrico	**8,87**	**10,61**	**10,84**	**12,77**	**14,21**	**15,24**
Equipamentos eletrônicos	**18,45**	**23,98**	**32,34**	**36,93**	**35,09**	**33,25**
Automóveis, caminhões e ônibus	0,53	3,15	5,92	10,14	14,22	16,82
Outros veículos e peças	8,97	12,48	15,34	13,46	12,8	14,62
Madeira e mobiliário	0,43	0,46	0,64	0,75	0,91	1,37
Papel e gráfica	2,45	3,02	2,6	3,23	3,55	5,62
Indústria da borracha	4,88	5,71	5,48	6,34	7,99	9,75
Elementos químicos	14,16	14,06	11,96	11,9	14,13	17,29
Refino do petróleo	3,74	6,06	6,51	7,7	7,1	9,61
Químicos diversos	5,87	7,01	8,02	8,39	9,31	9,47
Farmacêutica e perfumaria	7,09	10,48	8,79	8,44	11,96	12,69
Artigos de plástico	**2,2**	**2,86**	**3,32**	**4**	**4,77**	**6,93**
Indústria têxtil	**2,41**	**3,62**	**4,11**	**7,66**	**7,75**	**10,05**
Artigos do vestuário	**0,54**	**0,8**	**0,56**	**0,84**	**1,4**	**3,07**
Fabricação de calçados	3,52	4,69	4,07	4,66	5,38	6,99
Indústria do café	0	0	0,01	0,01	0	0,01
Beneficiamento de produtos vegetais	2,55	4,15	3,03	3,3	3,9	3,59
Abate de animais	2,56	1,43	1,13	0,65	1,22	1,37
Indústria de laticínios	2,97	3,63	0,94	2,35	4,53	6,18
Indústria de açúcar	0	0	0,49	0,47	0,19	0,19
Fabricação de óleos vegetais	1,01	2,18	1,66	2,28	3,42	2,99
Indústrias diversas	**6,81**	**8,32**	**8,58**	**12,8**	**14,48**	**19,61**

Fonte: IBGE (Matriz de Insumo-Produto, 2024).
Elaborado pelo próprio autor. Grifo próprio

Autores como Belluzzo e Almeida (2002), apontam que a política cambial do Plano Real priorizou a estabilidade macroeconômica em detrimento do fortalecimento da base industrial. Para Frenhan et al. (2017), a ausência de políticas de compensação, como subsídios ou incentivos à modernização, agravou os impactos da valorização cambial sobre a indústria. Já Nassif et al. (2013), destacam que a desindustrialização resultante dessa política não foi um fenômeno natural, mas sim fruto de escolhas econômicas que negligenciaram os desafios enfrentados pelo setor

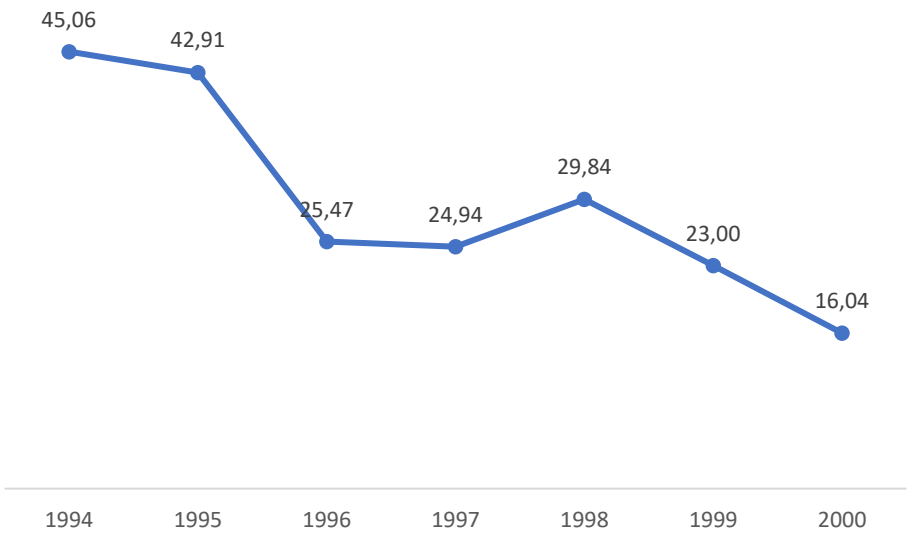
produtivo.

Segundo Esposito (2017, p. 103), "a valorização cambial minou a capacidade da indústria brasileira de competir no mercado global, promovendo um processo de reprimarização econômica". Para ele, a substituição de bens industrializados por commodities como principal foco das exportações reflete a perda de complexidade produtiva do Brasil.

2.4 Impacto das taxas de juros elevadas no investimento industrial

Uma das principais ferramentas utilizadas pelo Plano Real para conter a inflação foi a adoção de taxas de juros elevadas. A taxa Selic, que serve como referência para o custo do crédito no Brasil, foi mantida em níveis altos durante a década de 1990 para atrair investimentos estrangeiros e controlar a demanda agregada, com o objetivo de estabilizar os preços, observado no Gráfico 4.

Gráfico 4
Taxa Selic em percentual (média anual)
(1994-2000)



Fonte: Bacen (Séries Temporais, 2024).
Elaborado pelo próprio autor

No entanto, essa política teve impactos significativos sobre o setor produtivo, particularmente sobre a indústria, como:

> (...)as altas taxas de juros restringiram o acesso ao crédito para empresas nacionais, especialmente para aquelas de pequeno e médio porte, reduzindo sua capacidade de investir em modernização e expansão (Almeida; Belluzzo 2002, p. 83).

Esse contexto dificultou a renovação tecnológica e a adaptação das indústrias brasileiras às exigências do mercado global, prejudicando sua competitividade. A política de juros elevados também encareceu os financiamentos para projetos de longo prazo, que são essenciais para setores industriais intensivos em capital, como a indústria de bens de capital e a automotiva. Estudos de Feijó e Carvalho (2005, p. 109) mostram que "a manutenção de taxas de juros reais elevadas ao longo da década de 1990 foi um dos fatores estruturais que impediram a indústria brasileira de recuperar sua competitividade". Além disso, os altos custos financeiros desestimularam os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), limitando a capacidade de inovação do setor produtivo.

Entre 1994 e 2000, a taxa média anual da Selic oscilou em torno de 30%, um dos maiores níveis entre as economias emergentes no período (Banco Central do Brasil, 2021). Para Frenhan et al. (2017, p. 32), "o encarecimento do crédito comprometeu não apenas os investimentos produtivos, mas também a criação de empregos na indústria, uma vez que empresas mais endividadas enfrentaram dificuldades para expandir suas operações".

São apresentados dados sobre o desempenho dos investimentos em setores industriais de alta intensidade de capital no período de 1994 a 2000, evidenciando como as elevadas taxas de juros limitaram a expansão do setor produtivo no Brasil.

Tabela 9
Desempenho dos investimentos em setores industriais de alta intensidade de capital (1994 a 2000)

Ano	investimento em indústria de alta intensidade de capital (em bilhões de r$)	Taxa de juros Selic média anual (%)
1994	10,5	45,06
1995	11,2	42,91
1996	9,8	25,47
1997	10,0	24,94
1998	9,5	29,84
1999	8,7	23,00
2000	9,0	16,04

Fonte: Bacen (Séries Temporais, 2024). IBGE (Contas Nacionais, 2024).
Elaborado pelo próprio autor.

A combinação de juros elevados e câmbio valorizado gerou um cenário de desestímulo ao investimento industrial no Brasil. Para Nassif et al. (2013, p. 59), "o Brasil enfrentou um fenômeno de desindustrialização precoce, em que a participação da indústria no PIB diminuiu antes que o país alcançasse níveis mais altos de desenvolvimento econômico". Segundo esses autores, a restrição ao crédito também contribuiu para a concentração de investimentos em setores de menor risco, como o mercado financeiro, em detrimento da indústria.

Bresser-Pereira e Marconi (2012, p. 816) destacam que a política de juros elevados no Brasil resultou em uma "distorção no direcionamento dos investimentos", prejudicando setores produtivos estratégicos em favor de aplicações financeiras de curto prazo. Esposito (2017, p. 106) complementa que "a falta de um ambiente de crédito acessível e previsível desestimulou o setor privado a investir em inovação e modernização tecnológica".

Suzigan (2000, p. 42) argumenta que a ausência de políticas complementares que reduzissem o impacto das altas taxas de juros na indústria contribuiu para aprofundar os efeitos negativos dessa política. Ele propõe que subsídios ou linhas de crédito específicas poderiam ter mitigado os danos ao setor industrial, especialmente para pequenas e médias empresas.

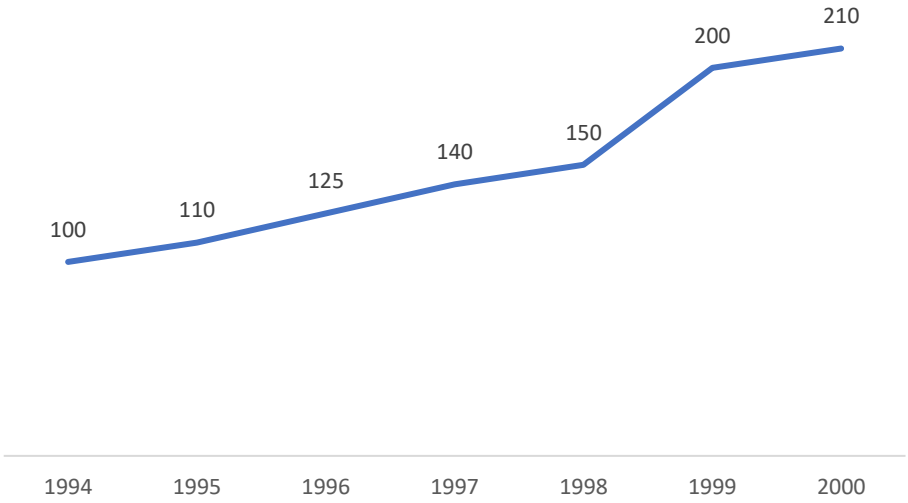
2.4.1 Efeitos da política econômica sobre o endividamento empresarial

Durante o período do Plano, a política de juros elevados e a valorização cambial contribuíram não apenas para a redução da competitividade industrial, mas também para o aumento do endividamento das empresas brasileiras. Esse endividamento tornou-se um dos principais desafios para o setor produtivo, especialmente para as indústrias que dependiam de financiamento para operar e investir em modernização e expansão.

A elevada taxa Selic, associada à falta de crédito acessível, fez com que muitas empresas buscassem empréstimos internacionais, atraídas pelos juros mais baixos praticados no exterior. Contudo, a desvalorização cambial de 1999, quando o Brasil passou de um regime de câmbio fixo para um flutuante, agravou significativamente o peso das dívidas em dólar. Segundo Bresser-Pereira e Marconi (2012, p. 817), "a transição cambial gerou uma crise de endividamento nas empresas que haviam se financiado em moeda estrangeira, afetando severamente sua capacidade de investimento e operação".

Os Gráficos 5 e 6 evidenciam respectivamente, como o endividamento total das empresas industriais cresceu de forma consistente até 1998, com um salto significativo em 1999 devido à revalorização do passivo externo em termos de reais. Também destaca a crescente dependência das empresas de financiamentos externos até o pico de 60% em 1999, seguido por uma leve redução em 2000, indicando esforços para reestruturar dívidas e reduzir a exposição cambial.

Gráfico 5
Endividamento público total (R$ bilhões)
(1994 – 2000)



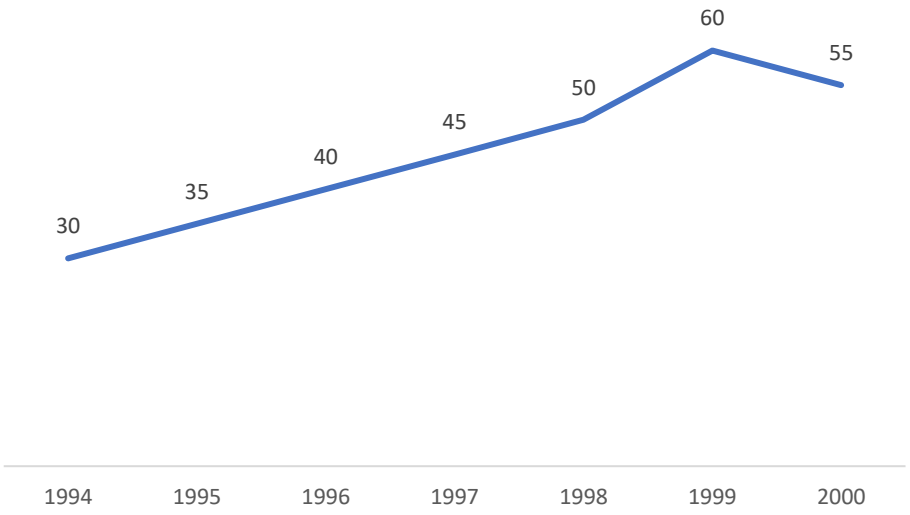
Fonte: Bacen (Séries Temporais, 2024).
Elaborado pelo próprio autor.

O gráfico 5, que apresenta o endividamento total em valores absolutos no período de 1994 a 2000, evidencia o aumento consistente do endividamento brasileiro ao longo do período. Este crescimento reflete os desafios enfrentados pela economia nacional, como a dependência de capital estrangeiro para financiar o déficit fiscal e o custo das políticas de estabilização adotadas durante e após o Plano Real.

Por sua vez, o Gráfico 6, que retrata o endividamento externo em termos percentuais, destaca como a proporção da dívida externa em relação ao total de recursos disponíveis também aumentou consideravelmente, alcançando picos que demonstram a vulnerabilidade do país às oscilações do mercado internacional e às condições cambiais adversas.

Esses dados ilustram como o Brasil enfrentou uma intensificação de sua exposição externa no período, fruto das políticas de valorização cambial e da abertura econômica, que demandaram altos custos de financiamento. A crescente dependência de recursos externos também limitou a capacidade de investimentos internos em infraestrutura e setores produtivos, acentuando os desafios para a industrialização e o desenvolvimento sustentável.

Gráfico 6
Endividamento externo em percentual do **e**ndividamento público total
(1994 – 2000)



Fonte: Bacen (Séries Temporais, 2024).
Elaborado pelo próprio autor.

Esses elementos reforçam como as políticas monetárias e cambiais restritivas, em conjunto com a abertura econômica, impactaram negativamente a estrutura de financiamento das empresas brasileiras, reduzindo sua capacidade de investimento e competitividade no mercado global e:

> (...) o aumento do endividamento empresarial foi agravado pela ausência de políticas que amortizassem os impactos da transição cambial e da política monetária restritiva (Belluzzo; Almeida. 2002, p. 85).

Esses autores argumentam que, ao priorizar o controle inflacionário, o governo negligenciou os efeitos sobre o setor produtivo, especialmente em relação à liquidez e à solvência das empresas. Além disso, o endividamento não foi homogêneo entre os setores. Indústrias de maior intensidade tecnológica, como as de bens de capital e produtos eletrônicos, foram desproporcionalmente afetadas devido à sua maior dependência de insumos importados e de financiamento de longo prazo. Conforme aponta Esposito (2017, p. 109), "esses setores enfrentaram um duplo impacto: o aumento do custo das dívidas em moeda estrangeira e a perda de competitividade causada pela valorização cambial".

A relação entre endividamento empresarial e queda na produção industrial

também é evidenciada em estudos de Laplane e Sarti (1997, p. 144), que destacam que "o aumento das taxas de inadimplência no setor industrial refletiu diretamente na redução de investimentos produtivos e na desestruturação de cadeias produtivas locais". Essa situação contribuiu para aprofundar o processo de desindustrialização, especialmente em setores que já enfrentavam desafios estruturais.

A falta de instrumentos de apoio ao setor produtivo, como mecanismos de hedge cambial e políticas de incentivo ao crédito interno, intensificou os efeitos negativos do endividamento sobre as empresas brasileiras, especialmente no contexto de políticas monetárias restritivas. Suzigan (2000) enfatiza que a ausência de mecanismos de proteção ao setor produtivo, como políticas de hedge cambial ou incentivos ao crédito em moeda nacional, agravou o impacto do endividamento sobre as empresas. Para Nassif et al. (2013, p. 61), "o elevado endividamento empresarial resultou em uma retração de longo prazo nos investimentos industriais, limitando a capacidade de modernização e expansão do setor".

A interação entre juros elevados e câmbio valorizado criou um ambiente desfavorável ao setor produtivo, resultando em perda de competitividade nos mercados interno e externo. Ele sugere que, sem uma política industrial estruturada, o endividamento empresarial tornou-se uma barreira adicional à recuperação do setor

2.5 Ausência de políticas Industriais estruturantes

A ausência de políticas industriais estruturantes foi um dos principais fatores que aprofundaram o processo de desindustrialização no Brasil durante e após a implementação do Plano Real. Enquanto outros países em desenvolvimento, como Coreia do Sul e China, implementaram políticas industriais ativas para proteger e fortalecer setores estratégicos, o Brasil adotou um modelo que priorizou a estabilização macroeconômica em detrimento do fortalecimento de sua base industrial.

Essa ausência, contribuiu para a perda de competitividade em setores-chave da economia. Conforme argumentam Bresser-Pereira e Theuer (2012, p. 815), "a ausência de políticas industriais consistentes no Brasil resultou em um enfraquecimento progressivo da indústria nacional, especialmente em setores de alta

complexidade tecnológica". Esse cenário foi agravado pela combinação de políticas cambiais e monetárias que restringiram o crédito e dificultaram os investimentos em modernização produtiva. As indústrias brasileiras, especialmente as de alta tecnologia, enfrentaram desafios significativos para competir em um mercado global cada vez mais integrado.

Essa lacuna resultou na fragmentação das cadeias produtivas nacionais, aumentando a dependência de insumos importados e limitando a capacidade do país de agregar valor aos produtos exportados. Para Almeida e Belluzzo (2002, p. 34) destacam que "a falta de estratégias integradas para promover a verticalização produtiva e a inovação tecnológica comprometeu a autonomia industrial brasileira". Essa dinâmica reduziu a competitividade global da indústria brasileira, especialmente em setores de alta tecnologia, como automotivo, eletrônico e químico.

Além disso, a falta de políticas industriais estruturantes afetou diretamente a capacidade de inovação da indústria brasileira. Como observado por Suzigan (2000, p. 112), "os países que investiram consistentemente em pesquisa e desenvolvimento (P&D), aliados a incentivos fiscais e políticas industriais, apresentaram maior resiliência econômica e capacidade de inovação". Em contraste, o Brasil investiu menos de 1,2% de seu PIB em P&D durante o período, cifra muito inferior à de países como Coreia do Sul e Alemanha, que investem regularmente mais de 3% de seu PIB.

Outro impacto significativo da ausência de políticas estruturantes foi o fortalecimento da reprimarização econômica. Esposito (2017, p. 119) aponta que "a dependência da exportação de commodities de baixo valor agregado limita a capacidade do Brasil de competir em mercados globais de alta tecnologia". Essa transição tornou a economia brasileira mais vulnerável a ciclos econômicos globais e à volatilidade dos preços das commodities.

A ausência de estratégias efetivas para promover a reindustrialização no Brasil contribuiu para acentuar os desequilíbrios estruturais da economia. Nesse contexto, Bacha (2015, p. 105) argumenta que "a falta de políticas integradas de reindustrialização reforçou a desarticulação produtiva, consolidando um modelo econômico dependente de exportações primárias e importação de bens manufaturados". Essa dinâmica enfraqueceu a base produtiva do Brasil, limitando o potencial de crescimento sustentável e a geração de empregos qualificados.

Incentivos governamentais para a indústria

Durante o Plano Real, as políticas econômicas focaram na estabilização macroeconômica, negligenciando o fortalecimento da base industrial. A falta de medidas voltadas ao estímulo da competitividade e inovação deixou a indústria nacional vulnerável à concorrência internacional.

A ausência de incentivos fiscais e financeiros dificultou a modernização tecnológica e a expansão das empresas brasileiras. Em comparação, economias como a Coreia do Sul adotaram estratégias de subsídios e incentivos fiscais que fomentaram setores estratégicos, gerando avanços tecnológicos e aumento da competitividade global.

Outro aspecto relevante é a falta de estímulos para a verticalização da cadeia produtiva nacional. Segundo Esposito (2017, p. 122), "a ausência de incentivos adequados resultou em uma dependência crescente de insumos importados, comprometendo a autonomia produtiva da indústria brasileira". A ausência de programas de substituição de importações nos setores de alta tecnologia agravou a fragmentação produtiva, reduzindo a capacidade de agregação de valor e a criação de empregos qualificados.

A falta de estímulos governamentais específicos para o setor industrial também impactou diretamente os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Enquanto países como a Alemanha e os Estados Unidos promoveram subsídios e parcerias público-privadas para impulsionar a inovação, o Brasil manteve baixos níveis de investimento nessa área.

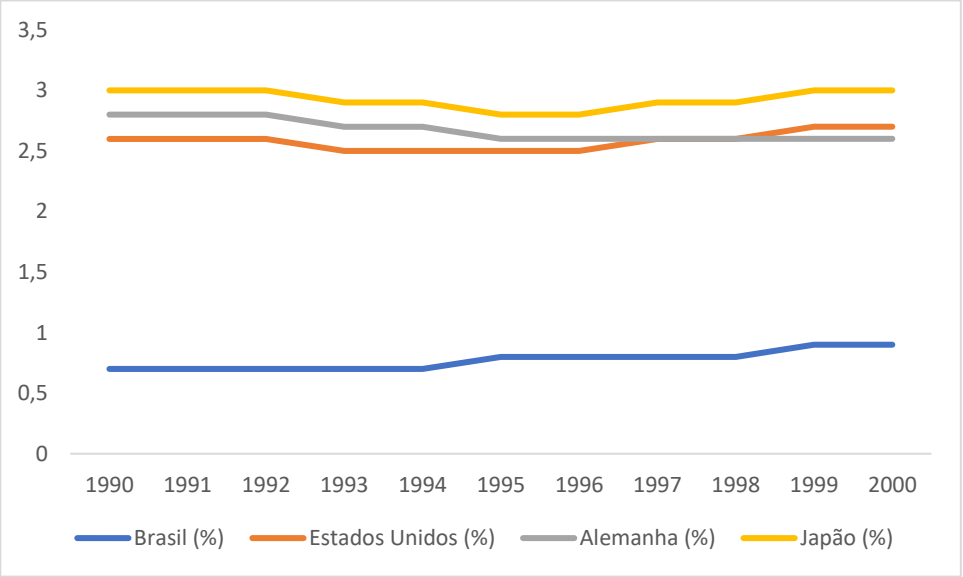
Destaca-se que a carência de políticas industriais ativas comprometeu a inovação. Para Suzigan (2000, p. 112) argumenta que "a falta de uma política industrial ativa reduziu significativamente a capacidade da indústria brasileira de inovar e competir em mercados globais". O autor sugere que a criação de incentivos estruturados para P&D poderia ter fortalecido os setores de alta complexidade tecnológica, como eletrônicos e automotivo.

A falta de um plano coordenado de incentivo à reindustrialização contribuiu para a reprimarização da economia, consolidando a dependência de commodities de baixo valor agregado. Além disso, Bacha (2015, p. 98) observa que "os incentivos fiscais, quando existentes, eram pontuais e insuficientes para compensar os impactos das políticas cambiais sobrevalorizadas e da abertura comercial acelerada".

A experiência de países asiáticos destaca a importância de incentivos governamentais para o fortalecimento industrial. Laplane e Sarti (1997, p. 43) argumentam que "a Coreia do Sul e a China adotaram políticas industriais que priorizaram setores estratégicos, combinando incentivos fiscais, subsídios e proteção tarifária para estimular a produção local". Esses incentivos foram acompanhados por investimentos maciços em infraestrutura e educação técnica, criando as condições necessárias para o desenvolvimento de uma indústria diversificada e tecnologicamente avançada.

O Gráfico 7 a seguir compara os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como percentual do Produto Interno Bruto (PIB) entre o Brasil e economias industrializadas selecionadas no período de 1990 a 2000. Esses dados ilustram as diferenças nos esforços de inovação e desenvolvimento tecnológico entre o Brasil e países com economias mais avançadas.

Gráfico 7
Investimentos em P&D como participação do PIB
(1990–2000)



Fonte: Banco Mundial (Research and Development Expenditure, 2024).
Elaborado pelo proprio autor.

2.5.1 Efeitos sobre a indústria de alta tecnologia

A desindustrialização no Brasil afetou profundamente os setores de alta tecnologia, que tradicionalmente desempenham um papel central no desenvolvimento econômico e na inovação tecnológica. Durante o período do Plano Real, a combinação de abertura comercial, valorização cambial e ausência de políticas industriais estruturadas resultou em uma retração significativa desses setores. De acordo com Laplane e Sarti (1997, p. 54), "a desarticulação produtiva da indústria brasileira, especialmente nos segmentos de alta tecnologia, comprometeu a capacidade do país de competir no mercado internacional". Setores como o eletrônico, automotivo e de equipamentos de telecomunicações, que dependem de investimento contínuo em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), enfrentaram dificuldades adicionais devido à concorrência externa e à falta de suporte governamental.

Essa dinâmica contribuiu para a "perda de complexidade econômica", um conceito discutido por Esposito (2017, p. 115), que destaca que "a dependência de insumos importados e a baixa participação em cadeias globais de valor inibiram a autonomia produtiva da indústria nacional". Com a entrada de produtos importados a preços competitivos, empresas nacionais enfrentaram desafios para sustentar a produção local, o que resultou em fechamento de fábricas e redução de empregos qualificados.

A valorização do real durante o Plano Real foi um dos fatores determinantes para a perda de competitividade dos setores de alta tecnologia e:

> (...)A política cambial tornou os produtos nacionais mais caros no mercado internacional e menos competitivos frente aos importados, agravando o declínio de setores estratégicos (Bresser-Pereira; Theuer. 2012, p. 823).

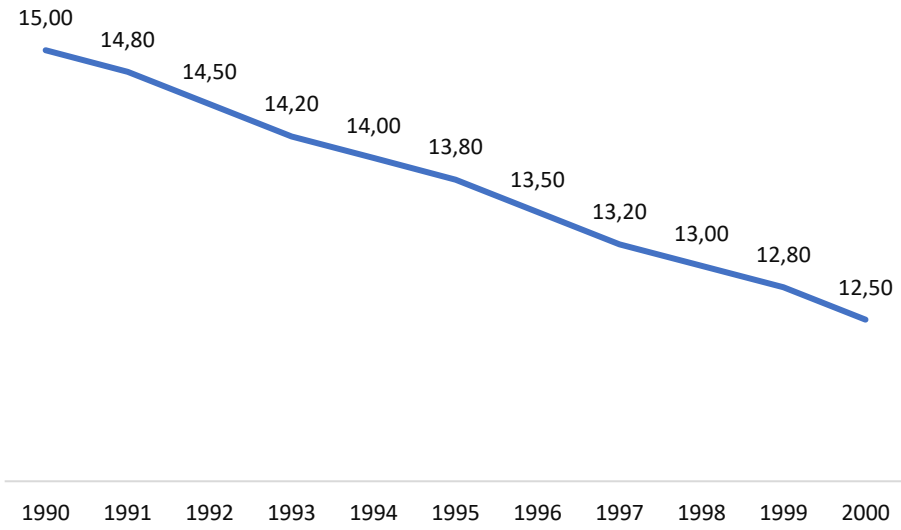
Essa situação reduziu o incentivo para que empresas nacionais investissem em inovação, reforçando a dependência de tecnologias estrangeiras. Além disso, a falta de investimento em P&D foi um fator crítico, conforme ilustrado no Gráfico 7. De acordo com Suzigan (2000, p. 109), "os gastos com pesquisa e desenvolvimento no Brasil permaneceram baixos durante os anos 1990, o que limitou a capacidade de

inovação da indústria". Comparativamente, países como Coreia do Sul e Alemanha, que investiram consistentemente mais de 3% de seus PIBs em P&D, fortaleceram seus setores de alta tecnologia e ganharam competitividade global.

A ausência de incentivos para a modernização tecnológica também contribuiu para a perda de mercado interno por parte da indústria brasileira. Bacha (2015, p. 101) observa que "os setores de alta tecnologia, que requerem investimentos intensivos, foram particularmente afetados pela falta de uma política industrial ativa, o que facilitou a substituição da produção nacional por importações".

Em economias desenvolvidas, os setores de alta tecnologia são responsáveis por uma parcela significativa da geração de empregos qualificados e do crescimento econômico sustentável. A valorização cambial, a falta de incentivos governamentais e os baixos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) contribuíram para a redução da participação desses setores no PIB industrial. Para ilustrar esse declínio, o Gráfico 8 apresenta dados que evidenciam a diminuição progressiva da relevância desses segmentos ao longo do período analisado.

Gráfico 8
Participação dos setores de alta tecnologia no PIB industrial em percentual (1990-2000)



Fonte: IBGE (Contas nacionais, 2024).
Elaborado pelo proprio autor.

No Brasil, entretanto, a desindustrialização precoce resultou em uma redução contínua da participação desses setores no PIB industrial.

CAPÍTULO 3 PROPOSTAS PARA A REINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

3.1 Contextualização do impacto do Plano Real na desindustrialização brasileira

O Plano, foi um marco na história econômica brasileira, responsável por estabilizar a inflação e trazer previsibilidade à economia nacional. No entanto, as medidas adotadas para alcançar esse objetivo, como a valorização cambial e a abertura comercial acelerada, resultaram em impactos significativos para a indústria brasileira. Entre os principais efeitos, destaca-se o processo de desindustrialização, caracterizado pela redução da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) e pela perda de competitividade em setores estratégicos.

Esse fenômeno não apenas reduziu a capacidade de geração de empregos qualificados, mas também limitou o avanço tecnológico do país, ao enfraquecer setores de alta tecnologia e valor agregado. Como argumentam Bresser-Pereira e Marconi (2012, p. 825), “a ausência de políticas industriais ativas, combinada com a sobrevalorização cambial, comprometeu a estrutura produtiva brasileira, consolidando um padrão econômico primário-exportador”. Essa conjuntura reforça a necessidade de compreender os fatores que intensificaram a desindustrialização e de propor estratégias para reverter esse quadro.

A análise se apoia em casos de países que, como o Brasil, enfrentaram desafios estruturais semelhantes, mas conseguiram superar as adversidades por meio de políticas industriais eficazes, investimentos em inovação e estratégias de integração às cadeias globais de valor.

Ao abordar essas propostas, busca-se oferecer uma perspectiva viável para o fortalecimento da indústria nacional, contribuindo para a retomada da competitividade e a redução da dependência econômica de commodities. Dessa forma, o capítulo oferece um panorama de estratégias e políticas que podem orientar o Brasil em direção a um modelo de desenvolvimento industrial mais equilibrado e sustentável.

A política de valorização cambial para o controle da inflação, tornou os

produtos nacionais mais caros no mercado internacional, reduzindo sua competitividade. Essa estratégia, combinada com a abertura comercial, expôs a indústria nacional a uma concorrência internacional que não enfrentava condições similares. Segundo Bresser-Pereira e Marconi (2012, p. 823), “a sobrevalorização do real estimulou a importação de bens manufaturados, ao mesmo tempo que desincentivou a exportação de produtos industriais, intensificando o desmonte da estrutura produtiva do país”. Esse movimento favoreceu a exportação de commodities, ampliando a dependência de produtos primários e limitando a diversificação econômica.

As elevadas taxas de juros, utilizadas como ferramenta para atrair investimentos estrangeiros e controlar a inflação, também desempenharam um papel relevante no processo de desindustrialização. A taxa Selic, mantida em patamares elevados, encareceu o crédito, inibindo investimentos em setores produtivos. Feijó e Carvalho (2005, p. 107) afirmam que "a política monetária restritiva limitou a capacidade de modernização da indústria, restringindo a inovação e a expansão produtiva". Pequenas e médias empresas, que dependem de financiamento acessível, foram particularmente afetadas, resultando em uma redução da competitividade industrial interna.

A abertura comercial, intensificada no início da década de 1990, reduziu as tarifas de importação, que passaram de uma média de 51% em 1990 para 35% em 1994 (Pinheiro; Giambiagi; Moreira, 2001, p. 9). Essa liberalização expôs o setor industrial a uma concorrência externa para a qual não estava preparado. Setores de maior valor agregado, como o automotivo e o de equipamentos eletrônicos, enfrentaram dificuldades para competir com produtos importados, muitas vezes mais baratos e tecnologicamente superiores. Laplane e Sarti (1997, p. 205) destacam que "a exposição precoce ao mercado internacional, sem a proteção adequada de políticas industriais, aprofundou a fragilidade estrutural da indústria brasileira".

Esses fatores combinados contribuíram para a reprimarização econômica, com a concentração produtiva em commodities e a redução da participação da indústria de transformação no PIB nacional. Esposito (2017, p. 115) enfatiza que "o Brasil perdeu a capacidade de competir em mercados globais de alta tecnologia, concentrando-se na exportação de produtos de baixo valor agregado, como minério de ferro, soja e petróleo". Essa transição não apenas reduziu a complexidade da

estrutura produtiva brasileira, mas também aumentou a vulnerabilidade da economia a oscilações dos preços internacionais de commodities.

O impacto cumulativo dessas políticas resultou em um processo de desindustrialização precoce, caracterizado pela redução da participação do setor industrial no PIB e pela perda de empregos qualificados. Além disso, a ausência de uma política industrial estruturante durante o período dificultou a modernização e o fortalecimento da base produtiva nacional. Segundo Bacha (2015, p. 95), "a falta de estratégias de longo prazo para a reindustrialização consolidou a dependência econômica do Brasil em relação às commodities, restringindo seu potencial de crescimento sustentável".

Dessa forma, a análise dos impactos do plano sobre a economia brasileira evidencia a necessidade de políticas industriais ativas e de um planejamento estratégico para reverter os danos causados ao setor industrial. O fortalecimento da cadeia produtiva, a integração em cadeias globais de valor e a promoção de setores de alta tecnologia são elementos fundamentais para superar as vulnerabilidades geradas no período.

3.2 Propostas para a reindustrialização baseadas em casos internacionais

3.2.1 Políticas Industriais Ativas

A implementação de políticas industriais ativas é um elemento crucial para a reindustrialização de economias em declínio industrial, como o Brasil. De acordo com Bresser-Pereira e Marconi (2012, p. 815), essas políticas devem priorizar setores estratégicos que combinem alto potencial de inovação e capacidade de geração de empregos qualificados. Eles defendem que "o desenvolvimento industrial deve ser sustentado por um conjunto de incentivos fiscais, financiamento público e medidas regulatórias que protejam e estimulem os setores estratégicos".

A diversificação produtiva e a redução da dependência de commodities são elementos centrais para a reindustrialização e o fortalecimento da economia brasileira. Autores como Suzigan e Furtado (2006) também destacam a importância de políticas industriais focadas nesses aspectos. Segundo Suzigan (2006, p. 118), "o papel do Estado no fomento à inovação tecnológica e no fortalecimento das cadeias produtivas é fundamental para a competitividade da indústria nacional em um cenário global".

A experiência de países como Coreia do Sul e Alemanha serve como referência para o Brasil. Na Coreia do Sul, políticas industriais foram implementadas com foco em tecnologia e inovação, combinando incentivos fiscais e financiamento para setores estratégicos, como eletrônicos e automobilístico (Chang, 2013, p. 45). De forma semelhante, a Alemanha investiu em uma política industrial orientada para a sustentabilidade, com foco na transição energética e no fortalecimento de sua base manufatureira, o que garantiu resiliência econômica durante crises globais (Reinert, 2019, p. 92).

No contexto brasileiro, Almeida e Belluzzo (2002, p. 67) defendem que "a ausência de um planejamento industrial de longo prazo limitou o desenvolvimento de setores de alta tecnologia e reduziu a capacidade da indústria de competir globalmente". Os autores sugerem que o Brasil deveria adotar uma política industrial inspirada em modelos internacionais bem-sucedidos, adaptada às especificidades do mercado nacional, alguns desses modelos, estão ilustrados na Tabela 10, comparados com o modelo Brasil.

Tabela 10
Políticas industriais da Coreia do Sul, Alemanha e Brasil (1990-2024)

Aspectos	Coreia do Sul	Alemanha	Brasil*
Foco Setorial	Alta tecnologia, como eletrônicos e automóveis	Sustentabilidade, manufatura avançada e transição energética	Commodities e setores de baixa complexidade
Incentivos Fiscais	Isenção tributária para exportadores e empresas inovadoras	Benefícios fiscais para P&D e energia limpa	Reduzido e pouco direcionado
Investimentos em P&D	Mais de 3% do PIB	Cerca de 2,9% do PIB	Cerca de 1,2% do PIB
Infraestrutura	Alta prioridade, com foco em tecnologia e conectividade	Rede logística avançada e energia sustentável	Defasada, com elevados custos logísticos
Parcerias Público-Privadas	Estratégicas, para projetos de inovação e exportação	Amplamente implementadas, especialmente em setores estratégicos	Pouco desenvolvidas
Política de Exportação	Incentivo à exportação de produtos manufaturados	Foco em agregar valor na cadeia produtiva e exportação de tecnologia	Predominância de commodities na pauta exportadora
Verticalização da Produção	Cadeias produtivas integradas e orientadas à agregação de valor	Fortalecimento de indústrias locais para redução de dependência de importações	Fragmentação da cadeia produtiva e alta dependência de insumos importados

Fonte: Chang (2013), Reinert (2019).
Elaborado pelo próprio autor.
*nota: Dados do Brasil, a partir de 2000.

3.2.2 Fomento à inovação pesquisa e desenvolvimento

No Brasil, os investimentos em P&D historicamente têm sido inferiores à média de economias avançadas, limitando o potencial de inovação e a capacidade de desenvolver produtos de maior valor agregado.

Dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI, 2020) mostram que os gastos brasileiros em P&D correspondem a apenas 1,2% do PIB, significativamente abaixo de países como Coreia do Sul e Alemanha, que destinam mais de 3% de seus PIBs a essa área. A limitação dos investimentos públicos e a baixa participação do setor privado são fatores que contribuem para essa discrepância. Na Coreia do Sul, por exemplo, o governo desempenhou um papel central na criação de "chaebols" — grandes conglomerados industriais — que lideraram os investimentos em inovação. Segundo Amsden (2001, p. 15), "a forte coordenação entre Estado e setor privado foi essencial para criar um ambiente propício à inovação tecnológica". Já na Alemanha, a ênfase recai sobre as Mittelstand, pequenas e médias empresas altamente especializadas, que se beneficiam de políticas governamentais de fomento ao P&D e de uma integração sólida com instituições acadêmicas e centros de pesquisa.

Para o Brasil, uma política eficaz de fomento à inovação requer medidas que articulem esforços públicos e privados, tais como:

1. Incentivos Fiscais e Subsídios Diretos: A ampliação de programas como a Lei do Bem, que oferece benefícios fiscais para empresas que investem em P&D, tem o potencial de estimular a inovação e a competitividade da indústria brasileira. Suzigan e Furtado (2006) destacam que incentivos fiscais bem desenhados são ferramentas cruciais para alavancar investimentos privados em áreas estratégicas, especialmente em economias em desenvolvimento.

2. Criação de Polos Tecnológicos: Investir na formação de clusters industriais e tecnológicos em regiões estratégicas, semelhantes ao modelo alemão. Segundo Bonelli e Gonçalves (2014, p. 112), "os polos tecnológicos

aumentam a sinergia entre empresas e centros de pesquisa, maximizando o impacto dos investimentos em inovação".

3. Internacionalização do P&D: Estimular parcerias internacionais com centros de pesquisa e empresas inovadoras é uma estratégia fundamental para aumentar o acesso a novas tecnologias e mercados globais. Segundo Amsden (2001), a colaboração internacional foi um dos pilares do desenvolvimento industrial da Coreia do Sul, que utilizou parcerias estratégicas para adquirir conhecimento tecnológico e fortalecer sua competitividade.

Autores como Nassif et al. (2013) argumentam que o estímulo ao P&D é imprescindível para reduzir a dependência de tecnologia estrangeira e aumentar a competitividade da indústria nacional. Bonelli e Gonçalves (2014) enfatizam que a criação de polos tecnológicos pode ser um divisor de águas no fomento à inovação no Brasil. Esposito (2017) destaca a necessidade de integrar a formação educacional às demandas industriais, ressaltando o papel da educação no processo de reindustrialização.

A ampliação dos investimentos em P&D é uma das etapas para o Brasil reverter o processo de desindustrialização. O alinhamento de incentivos governamentais com as necessidades do setor privado pode criar um ambiente mais favorável à inovação e à competitividade.

3.2.3 Fortalecimento da cadeia produtiva nacional

A reindustrialização do Brasil demanda um esforço coordenado para a reconstrução e o fortalecimento da cadeia produtiva nacional, que foi profundamente afetada pela abertura comercial e pela implementação do Plano Real. Esse processo de fragmentação produtiva reduziu a integração vertical e aumentou a dependência de insumos importados, impactando negativamente a competitividade da indústria brasileira em setores estratégicos.

A abertura comercial, implementada com a intenção de modernizar a economia e promover maior eficiência produtiva, expôs a indústria nacional a uma concorrência externa para a qual ela não estava preparada. Segundo Bacha (2015, p. 89), "a fragmentação da cadeia produtiva enfraqueceu a competitividade da indústria brasileira, aumentando a dependência de insumos estrangeiros e tornando a economia mais vulnerável a variações cambiais". Esse fenômeno foi especialmente intenso nos setores de alta tecnologia, como eletrônicos e automotivos, onde a substituição da produção local por importações ampliou as lacunas tecnológicas e estruturais da economia nacional.

Na Alemanha, o modelo de Mittelstand, formado por pequenas e médias empresas, é amplamente reconhecido como um fator central para a integração produtiva. Segundo Audretsch e Lehmann (2016), essas empresas desempenham um papel estratégico ao colaborar com grandes corporações e instituições acadêmicas, promovendo inovações tecnológicas e ganhos de eficiência. Esse modelo contribuiu para a liderança alemã em setores de alta tecnologia, como engenharia mecânica e automotiva.

Além disso, Hall e Soskice (2001) apontam que o sistema de coordenação entre o setor público e privado na Alemanha permite um alinhamento entre as políticas industriais e as necessidades do mercado. Essa abordagem foi essencial para a construção de cadeias produtivas altamente especializadas, que garantiram a competitividade global da indústria alemã. Portanto, adaptar práticas similares ao contexto brasileiro pode ser uma estratégia para promover a diversificação e o fortalecimento da estrutura produtiva nacional.

A Coreia do Sul adotou políticas de substituição estratégica de importações e formação de clusters industriais como base para a reestruturação de sua economia. O governo investiu diretamente na criação de polos tecnológicos e na integração de empresas locais em cadeias globais de valor. Amsden (2001, p. 34) destaca que essas políticas foram cruciais para reduzir a dependência de insumos estrangeiros e impulsionar o crescimento de setores estratégicos. Estas estratégias podem ser definidas como:

1. Incentivos à Produção Local: A criação de programas de benefícios fiscais pode incentivar empresas a investir na fabricação de insumos e

componentes no Brasil. Laplane e Sarti (1997, p. 211) argumentam que "a verticalização da produção é essencial para reduzir a dependência de importações e aumentar a competitividade da indústria nacional".

2. Desenvolvimento de Clusters Industriais: A formação de clusters regionais que integrem empresas de diferentes tamanhos e setores pode aumentar a sinergia entre atores produtivos. Esse modelo segue exemplos como o alemão e o sul-coreano, promovendo inovação e ganhos de produtividade.

3. Parcerias Público-Privadas (PPPs): De acordo com Suzigan (2000), as PPPs podem desempenhar um papel crucial no desenvolvimento da infraestrutura industrial, promovendo a construção de parques industriais e centros de distribuição. Essas parcerias permitem o compartilhamento de riscos e custos entre o governo e a iniciativa privada, garantindo maior eficiência e alcance. Na experiência internacional, países como a Coreia do Sul utilizaram PPPs para alavancar setores estratégicos, integrando políticas de fomento industrial com desenvolvimento de infraestrutura.

4. Política de Compras Públicas: No Brasil, a priorização de produtos nacionais em contratos governamentais poderia não apenas gerar demanda consistente, mas também fortalecer a capacidade de inovação das empresas locais. Segundo Amsden (2001) destaca que a adoção de políticas de compras públicas voltadas para produtos nacionais é uma estratégia eficaz para estimular setores industriais estratégicos. Essa abordagem foi fundamental em economias emergentes como a China, onde políticas públicas incentivaram o crescimento da produção local e a integração em cadeias globais de valor.

5. Redução do Custo Brasil: Segundo Moreira e Correa (2022), a simplificação do sistema tributário e a melhoria da infraestrutura logística são fundamentais para reduzir os custos operacionais que penalizam a indústria brasileira. Além disso, Bacha (2015) argumenta que a desburocratização dos processos administrativos é essencial para aumentar a competitividade do setor produtivo nacional. Exemplos de países como a Alemanha mostram que a eficiência logística combinada

com políticas fiscais claras pode criar um ambiente mais atrativo para investimentos industriais.

Os desafios enfrentados pelo Brasil podem ser abordados por meio de estratégias que priorizem a reconstrução da cadeia produtiva nacional e a redução de vulnerabilidades externas. Conforme destacado por Bacha (2015), a recuperação da competitividade industrial depende de políticas estruturantes que promovam a integração vertical e incentivem a inovação. Laplane e Sarti (1997) reforçam que a autonomia produtiva é um pilar essencial para reduzir os riscos associados às flutuações econômicas globais. Além disso, Esposito (2017) sublinha que o fortalecimento de clusters regionais pode ser uma ferramenta eficaz para alavancar a produtividade e a inovação no contexto brasileiro.

3.2.4 Integração nas Cadeias Globais de Valor

A integração competitiva do Brasil nas cadeias globais de valor (CGVs) é um elemento central para a reindustrialização do país e a recuperação de sua competitividade industrial. Esse processo exige a implementação de políticas que incentivem a exportação de produtos de maior valor agregado, investimentos em infraestrutura logística e a redução de barreiras que dificultam o comércio internacional. Contudo, a estrutura produtiva brasileira, centrada na exportação de commodities, limita a capacidade de participação em CGVs de setores de maior complexidade tecnológica. Segundo Moreira e Correa (2022, p. 231), essa dependência de produtos primários reduz a relevância do país em mercados globais de alta tecnologia e o torna mais vulnerável a oscilações de preços no mercado internacional.

Experiências internacionais de países como Coreia do Sul, Alemanha e China oferecem diretrizes valiosas que podem ser adaptadas ao contexto brasileiro. A Coreia do Sul investiu significativamente em infraestrutura logística e no fortalecimento de conglomerados industriais, como os chaebols, que lideram cadeias globais de setores estratégicos, como tecnologia da informação e automóveis. A Alemanha, por sua vez, priorizou a especialização produtiva de alta qualidade, promovendo parcerias entre

pequenas e médias empresas e grandes corporações. Essa estratégia permitiu ao país se consolidar como um grande exportador de bens manufaturados de alta complexidade. Já a China apostou em zonas econômicas especiais e em subsídios para empresas exportadoras, criando condições favoráveis para sua expansão industrial e tecnológica.

A criação de polos regionais voltados para setores estratégicos, como tecnologia da informação, biotecnologia e automação industrial, também representa uma oportunidade para o Brasil se posicionar de maneira mais competitiva nas CGVs. Esses polos podem atuar como hubs de inovação, conectando universidades, centros de pesquisa e empresas para promover o desenvolvimento tecnológico e aumentar a produtividade. Parcerias internacionais para o intercâmbio de tecnologias também podem desempenhar um papel essencial na modernização da indústria nacional.

A participação nas CGVs é amplamente reconhecida como uma estratégia fundamental para fortalecer a competitividade industrial de países em desenvolvimento. Nesse contexto, estudos destacam a importância de políticas públicas e estratégias integradas para alcançar esse objetivo. Para Moreira e Correa (2022), a inserção do Brasil nas CGVs depende de um esforço conjunto que envolva políticas industriais robustas, melhorias na infraestrutura logística e incentivos à inovação. Rodrik (2016) reforça que a participação em CGVs é um caminho indispensável para diversificar a pauta produtiva e recuperar o crescimento econômico sustentável. Por sua vez, Amsden (2001) enfatiza a importância de lideranças industriais nacionais para impulsionar a integração vertical e horizontal nas cadeias globais.

Ao se integrar de forma mais competitiva nas CGVs, o Brasil tem a oportunidade de diversificar sua economia e reduzir a dependência de commodities. Essa estratégia não apenas fortaleceria a indústria nacional, mas também criaria condições para um crescimento econômico mais sustentável e menos vulnerável a flutuações externas.

3.3 Nova Indústria Brasil

O Brasil começa a dar passos significativos em direção à reindustrialização por meio de iniciativas estruturadas pelo governo atual. Nesse contexto, destaca-se o programa Nova Indústria Brasil (NIB), lançado em 2024. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC, 2024), o NIB está estruturado em seis missões principais, com foco na transição energética, na produção sustentável e na incorporação de tecnologias avançadas no setor industrial. Conforme aponta Faria (2024, p. 3), o programa representa "uma tentativa importante de reposicionar o Brasil no cenário global, ao alinhar-se às tendências de inovação tecnológica e sustentabilidade já adotadas por economias líderes como Alemanha e Coreia do Sul."

O programa NIB inclui investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), com o objetivo de elevar o percentual de investimento do PIB em inovação, atualmente abaixo da média global de 2,5%. Segundo o MDIC (2024), a meta é atingir 2% do PIB em P&D até 2033, o que coloca o Brasil em alinhamento com padrões internacionais. Feijó et al. (2024, p. 47) reforçam que o Brasil "precisa ampliar os investimentos em inovação como forma de mitigar os efeitos da desindustrialização e reposicionar a indústria em cadeias globais de valor."

Além disso, o NIB propõe a criação de hubs regionais de inovação industrial, conectando universidades, centros de pesquisa e empresas para estimular a formação de clusters produtivos, seguindo exemplos bem-sucedidos como os Mittelstand da Alemanha e os chaebols sul-coreanos (MDIC, 2024). Segundo o MDIC (2024), essas medidas são projetadas para impulsionar o desenvolvimento tecnológico e a integração da indústria brasileira em cadeias globais de valor.

Outro eixo do programa é a transição energética, com incentivos à produção de energias renováveis e tecnologias de baixo carbono. Essa abordagem busca reduzir a dependência de fontes fósseis e posicionar o Brasil como um líder na economia verde. O plano também prevê incentivos à adoção de práticas sustentáveis na produção industrial, alinhadas aos compromissos climáticos internacionais assumidos pelo país no Acordo de Paris (MDIC, 2024). Feijó et al. (2024, p. 48)

salientam que "a promoção de uma transição energética bem-sucedida requer articulação entre o Estado e o setor privado, com financiamento consistente para projetos de infraestrutura sustentável."

O documento destaca que o NIB contará com investimentos totais estimados em R$ 405,7 bilhões de recursos públicos até 2033, além de R$ 1,7 trilhão provenientes do setor privado, para viabilizar suas ações estratégicas. O financiamento será acompanhado de mecanismos para monitorar e avaliar a efetividade das políticas implementadas, conforme descrito no plano operacional do programa (MDIC, 2024). Faria (2024, p. 5) ressalta que "a alocação desses recursos será essencial para superar os desafios impostos pelo alto custo Brasil e pela falta de integração produtiva."

Embora o "Nova Indústria Brasil" represente um avanço significativo na tentativa de reverter o processo de desindustrialização, sua execução enfrenta desafios. O elevado custo Brasil, a complexidade tributária e as deficiências logísticas permanecem como entraves. Estudos apresentados pelo próprio MDIC apontam que uma coordenação eficaz entre governo, setor privado e academia será essencial para superar esses obstáculos e garantir os resultados esperados. Além disso, Feijó et al. (2024, p. 49) observam que "a articulação das políticas setoriais é crucial para que o NIB alcance seus objetivos de modernização industrial e de competitividade internacional."

O programa "Nova Indústria Brasil" simboliza um passo importante no debate sobre reindustrialização, mas sua efetividade dependerá de sua execução prática e do alinhamento estratégico com as necessidades específicas do setor produtivo brasileiro.

CONCLUSÃO

A estabilização da inflação, alcançada por meio de políticas como a valorização cambial, altas taxas de juros e abertura comercial, trouxeram benefícios macroeconômicos imediatos, mas revelou fragilidades estruturais da indústria nacional. Este trabalho buscou responder ao problema central de como essas políticas, implementadas no contexto do Plano Real, contribuíram para o processo de desindustrialização no Brasil. A análise realizada confirmou a hipótese de que, embora o Plano Real tenha sido bem-sucedido no controle inflacionário e na estabilização econômica, suas medidas estruturais agravaram a desindustrialização, afetando a competitividade industrial, a geração de empregos qualificados e a capacidade de inovação do país.

As políticas adotadas durante o Plano Real impactaram diretamente a competitividade da indústria nacional. A valorização cambial, fundamental para controlar a inflação, resultou na perda de mercados externos para produtos manufaturados e no aumento da dependência de bens importados. As taxas de juros elevadas restringiram investimentos produtivos e dificultaram a modernização tecnológica, enquanto a abertura comercial expôs setores estratégicos a uma concorrência externa que a indústria brasileira não estava preparada para enfrentar, ampliando a substituição de produção nacional por importações.

A ausência de políticas industriais estruturantes emerge como um fator crítico que intensificou os impactos negativos dessas medidas. Países como Coreia do Sul, Alemanha e China, que adotaram políticas industriais ativas, investimentos consistentes em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e incentivos à verticalização da produção, demonstraram que a integração competitiva nas cadeias globais de valor é possível por meio de estratégias bem planejadas. Esses casos fornecem lições valiosas para o Brasil, destacando a importância de políticas que promovam a inovação, a diversificação econômica e o fortalecimento da cadeia produtiva nacional.

Diante desse cenário, o trabalho apresentou propostas para a reindustrialização do Brasil, incluindo incentivos fiscais para estimular a produção local, a criação de clusters industriais, parcerias público-privadas para financiar infraestrutura e políticas

públicas voltadas para setores estratégicos. Essas iniciativas devem ser complementadas por reformas estruturais que reduzam o custo Brasil e promovam maior eficiência econômica.

A implementação dessas estratégias, no entanto, exige um compromisso político e econômico robusto, com esforços integrados entre o governo, o setor privado e a sociedade civil. A superação dos desafios impostos pela desindustrialização requer investimentos contínuos em educação, inovação e infraestrutura, além de uma estratégia de longo prazo que priorize o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

Esta monografia contribui para o entendimento dos efeitos das políticas do Plano Real sobre a indústria brasileira e aponta caminhos para que o país retome sua competitividade industrial e reduza sua dependência de commodities. A reindustrialização não é apenas uma resposta aos problemas identificados, mas também uma oportunidade de posicionar o Brasil como um ator relevante no cenário econômico global, promovendo crescimento sustentável, geração de empregos e maior resiliência frente às transformações econômicas e sociais globais.

REFERÊNCIAS

AGECONSEARCH. **Dados sobre exportações**. Disponível em: Disponível em: https://ageconsearch.umn.edu/record/147958/?v=pdf Acesso em: 12 nov. 2024.Acesso em:.15 nov. 2023.

ALMEIDA, JÚLIO SÉRGIO GOMES DE. **Políticas industriais em países selecionados**. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/18182/1/FCEst116440_Pol%C3%ADticas%20Industriais%20em%20Pa%C3%ADses%20Selecionados_compl_P.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

AMSDEN, ALICE. **The rise of "the rest": challenges to the west from late-industrializing economies**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

AUDRETSCH, DAVID B.; LEHMANN, ERIK E. **The Seven Secrets of Germany: Economic Resilience in an Era of Global Turbulence**. New York: Oxford University Press, 2016.

BACHA, E. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL**. Relatórios de Inflação**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri . Acesso em: 10 nov. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais Históricas.** Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=preparar TelaLocalizarSeries . Acesso em: 11 nov. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Research and Development Expenditure**. Disponível em: https://databank.worldbank.org/metadataglossary/world-development-indicators/series/GB.XPD.RSDV.GD.ZS . Acesso em: 12 nov. 2024.

BARROS, Daniel Chiari; PEDRO, LUCIANA SILVESTRE. **As mudanças estruturais do setor automotivo, os impactos da crise e as perspectivas para o Brasil.** BNDES Setorial, n. 34, set. 2011, p. 173-202.

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. **Economia brasileira: da crise da dívida aos impasses do real**. 2002.

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. **O impacto das políticas cambiais e monetárias no processo de desindustrialização.** Economia Brasileira em Perspectiva. Rio de Janeiro, 2002.

BENEVIDES, MARIA VICTORIA DE MESQUITA. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. **Um estado novo desenvolvimentista na América Latina? Economia e sociedade.** Campinas: Unicamp, 2012.

BRESSER-PEREIRA, LUIZ CARLOS; THEUER, DANIELA. **Um estado novo desenvolvimentista na América Latina?** Economia e sociedade. Campinas: Unicamp, 2012.

CHANG, H.-J. **Policies for Industrial Transformation.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

DE BARROS, JOSÉ ROBERTO MENDONÇA; GOLDENSTEIN, LÍDIA. **Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 17, n. 2, 1997.

ESPOSITO, MAURÍCIO. **Desindustrialização no Brasil: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 144-162, 2017.

FARIA, JOSÉ EDUARDO. **Nova Indústria Brasil: uma discussão importante**. Jornal da USP, 2024. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/2a661016-543e-4aad-afe5-ef7d07bd8f3f/Faria_Nova_Indústria_Brasil__uma_discussão_importante_–_Jornal_da_USP.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

FEIJÓ, C.; CARVALHO, P. G. M.; ALMEIDA, JÚLIO S. G. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil.** São Paulo: IEDI, 2005.

FEIJÓ, CARMEM A.; CARVALHO, PAULO G.M.; ALMEIDA, JÚLIO S.G. **Sete teses equivocadas sobre o aumento da produtividade industrial nos anos recentes**. Boletim de Conjuntura, IEI/UFRJ, jul. 1994a.

FEIJÓ, CARMEM ET AL. **A Nova Indústria Brasileira: uma análise crítica das estratégias e desafios**. Boletim GEEP, n. 11, Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2024. pp. 47-49

FONSECA, P.C.D. **Vargas e o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FRENHAN, CLEBER ET AL. **Política industrial e desindustrialização pós-Plano Real (1995–2014**). Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2017.

HALL, PETER A.; SOSKICE, DAVID (EDS.). **Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage**. New York: Oxford University Press, 2001.

HERMANN, J. **Reformas, endividamento externo e o "milagre" econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HERMANN, Jennifer. **Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico.** Rio de Janeiro: Elsevier, Editora Campus, 2005.

IBGE. **Contas Nacionais e Estatísticas do Século XX.** Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br . Acesso em: 10 nov. 2024.

IBGE. **Matriz de Insumo-Produto: Participação de Insumos Importados na Oferta por Setor**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9085-matriz-de-insumo-produto.html. Acesso em: 10 nov. 2024.

IPEA. IPEADATA: **Séries Históricas de Indicadores Econômicos**. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 13 nov. 2024.

LAPLANE, MARIANO F.; SARTI, FERNANDO. **Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90**. Economia e sociedade, v. 6, n. 1, p. 143-181, 1997.

LOPREATO, FRANCISCO LUIZ C. **Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. Texto para Discussão.** São Paulo: IPEA, 2015.

MARKWALD, RICARDO A. **O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira: balanço de uma década**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, v. 68, n. 3, p. 7-36, 2001.

MDIC (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS). **Comex Stat: Balança Comercial de Produtos Manufaturados**. Disponível em: https://www.gov.br/mdic. Acesso em: 10 nov. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (MDIC). **Programa Nova Indústria Brasil**: Plano Estratégico 2024–2033. Brasília: MDIC, 2024.

NASCIMENTO, CARLOS ALVES; CARDOZO, SORAIA APARECIDA; NASCIMENTO, KATIUCY LEMES. **O sentido da reprimarização da pauta exportadora: uma interpretação à luz de Celso Furtado.** Ageconsearch, 2008.

NASSIF, ANDRÉ. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** Brazilian Journal of Political Economy, v. 28, p. 72-96, 2008.

NASSIF, ANDRÉ; BORDA, JOÃO. **Industrial policy and economic growth in Brazil.** Economia Aplicada, v. 17, p. 45-73, 2013.

NASSIF, ANDRÉ; FEIJÓ, CARMEM. **Crise estrutural, desindustrialização e reprimarização na economia brasileira**. Revista de Economia Contemporânea, v. 22, n. 1, 2018.

NOVELLI, JOSÉ MARCOS NAYME. **Inflação e desinflação: coalizões, conflitos e instituições no Brasil e em outros países**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **Abertura econômica nos anos 90: impacto e lições para o futuro.** Revista de Economia Contemporânea, v. 5, n. 2, p. 3-30, 2001.

RESENDE, ANTÔNIO VIEIRA ET AL. **A política industrial do Plano Real**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

ROSSI JÚNIOR, JOSÉ LUIZ; FERREIRA, PEDRO CAVALCANTI. **Evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial.** 1999.

SAYAD, JOÃO. **Observações sobre o plano** real. Estudos Econômicos, v. 25, n. esp., p. 7-24, 1995.

SILVA, JOSÉ ALDERIR. **A questão da desindustrialização no Brasil**. Revista Economia & Tecnologia, v. 10, n. 1, 2014.

SUZIGAN, W. **Abertura comercial e competitividade no Brasil**. In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. São Paulo, 2000.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. **Reestruturação industrial e política econômica no Brasil**. Estudos Avançados, v. 20, n. 57, p. 211-232, 2006.

SUZIGAN, WILSON. **Industrialização brasileira em perspectiva histórica**. Campinas: Unicamp, 2000.

WORLD BANK. **Indicators and Statistics**. Disponível em: https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators. Acesso em: 12 nov. 2024.

DECLARAÇAO DE APTIDÃO DO TCC

Declaro, para os devidos fins, que o estudante Lucas Luiz De Queiroz, matrícula 20211002100492, regularmente matriculado no semestre letivo de 2024/1, do Curso de Ciências Econômicas, no turno noturno, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação (EDNC), ESTÁ APTO, a apresentar e submeter seu Trabalho de Conclusão de Curso (MONOGRAFIA), conforme disposto no Regulamento Geral Dos Trabalhos de Conclusão Dos Cursos De Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Se apto os membros da Banca Avaliadora serão:

_____

_____

_____

Goiânia, 09 de dezembro de 2024.

JEFERSON DE CASTRO VIEIRA:19574614115

Assinado de forma digital por JEFERSON DE CASTRO VIEIRA:19574614115
Dados: 2024.12.11 08:31:18 -03'00'

_____
Professor/Orientador

Ciente:

Documento assinado digitalmente
gov.br
LUCAS LUIZ DE QUEIROZ
Data: 09/12/2024 20:20:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Estudante/Acadêmico

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA

O estudante Lucas Luiz De Queiroz, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula 20211002100492, telefone (62)99951-0351, e-mail lucasluizqz@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "O Plano Real de 1994 a 2000 e a desindustrialização no Brasil: desafios e caminhos para a reindustrialização", gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JEPG): Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 09 de dezembro de 2024.

Assinatura do autor: gov.br Documento assinado digitalmente LUCAS LUIZ DE QUEIROZ Data: 09/12/2024 20:19:16-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nome do autor: Lucas Luiz De Queiroz

Assinatura do professor- orientador: JEFERSON DE CASTRO VIEIRA:19574614115 Assinado de forma digital por JEFERSON DE CASTRO VIEIRA:19574614115 Dados: 2024.12.11 08:31:50 -03'00'

Nome do professor-orientador: Prof. Dr. Jeferson de Castro Vieira